



THALES ELIOPOULOS JUNIOR

VEJA VS. DILMA:

**COMO A REVISTA VEJA INFLUENCIOU A OPINIÃO
PÚBLICA NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

LAVRAS-MG

2019

THALES ELIOPOULOS JUNIOR

VEJA VS DILMA:

**COMO A REVISTA VEJA INFLUENCIOU A OPINIÃO PÚBLICA NO
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à Universidade
Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de
Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.**

Prof(a). Dr(a). Marcelo Sevaybricker Moreira

LAVRAS-MG

2019

THALES ELIOPOULOS JUNIOR

**VEJA VS. DILMA: COMO A REVISTA VEJA INFLUENCIOU A OPINIÃO
PÚBLICA NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em ____ de _____ de 2019.

Dra. Júlia Moreto Amâncio

Dra. Helga do Nascimento de Almeida

Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira

LAVRAS-MG

2019

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e meu pai que sempre batalharam para eu estar aqui.

À minha namorada por toda a ajuda e apoio que me deu.

Ao meu orientador por todo o apoio oferecido durante o TCC e durante a graduação.

Aos professores do Departamento de Administração e Economia que sempre lutaram pelo engrandecimento do curso.

Aos meus amigos e amigas que estiveram comigo durante toda a graduação.

À todos os grupos acadêmicos que fiz parte, principalmente o PETI Pública e o Centro Acadêmico de Administração Pública, que contribuíram muito para o meu crescimento como pessoa.

Aos meus colegas de trabalho que me ensinaram tanta coisa durante todo o tempo estagiado na prefeitura e também lutaram muito por minha contratação como comissionado.

À todos e todas que passaram por mim durante os mais de 9 anos de Lavras.

Muito Obrigado!

EPÍGRAFE

*“Mamãe, não quero ser prefeito
Pode ser que eu seja eleito
E alguém pode querer me assassinar
Eu não preciso ler jornais
Mentir sozinho eu sou capaz”*

(Raul Seixas)

RESUMO

O processo de impeachment da ex-presidente Dilma Vana Rousseff foi um fato político extremamente conturbado. O impeachment da petista foi acusado por uns de ser um “golpe” e, no entanto, para outros, o processo seguiu todos os rituais democráticos expressos na Constituição Federal. No cerne dessa discussão, estava a atuação das mídias representadas, neste artigo, pela *Revista Veja*. Dessa forma, a pesquisa objetiva identificar e analisar a influência da Revista Veja na opinião pública durante o processo de impeachment de Dilma, bem como identificar a posição da revista sobre a cassação do mandato da ex-presidente. A metodologia aplicada foi a pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, o envolvendo uma pesquisa documental em edições da *Veja*. Como conclusão sobre a atuação da revista, verificou-se sua atuação como forma de promoção e exaltação de alguns nomes, além de críticas exacerbadas em nomes que não eram de sua preferência.

Palavras-chave: Revista Veja, Mídias, Impeachment.

SUMÁRIO:

1.	INTRODUÇÃO.....	8
1.2	JUSTIFICATIVA.....	10
1.3	OBJETIVOS.....	11
2.	REVISTA VEJA.....	11
3.	IMPEACHMENT OU GOLPE?	13
3.1	BREVE DESCRIÇÃO	13
3.2	DISCUSSÃO JURÍDICA.....	17
3.3	AVALIAÇÕES POLÍTICAS DE 2016	20
4.	METODOLOGIA.....	21
4.1	METODOLOGIA DE ANÁLISE DO MATERIAL DE PESQUISA.....	22
5.1	SAI DILMA ENTRA TEMER.....	26
5.2	EDIÇÃO EXTRA, FIESP E O POSICIONAMENTO DA VEJA.....	28
5.3	LULA VS SÉRGIO MORO.....	31
5.4	PT E PSDB NA VISÃO DA VEJA.....	32
5.6	CORRUPÇÃO E ECONOMIA: TEMAS CENTRAIS DO DEBATE NA ÓTICA DA VEJA.....	34
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
8.	ANEXOS – RESULTADOS.....	42

1. INTRODUÇÃO

Os processos políticos e eleitorais sofrem sempre uma grande influência da mídia, manipulando a opinião pública. A mídia sempre se posiciona de forma direta ou indireta sobre um processo político-eleitoral sendo favorável ou contrária a algum candidato, político ou governante. A influência da mídia não se resume apenas a candidatos ou mandatários, mas também em relação a certos assuntos e questões como legalização de drogas, venda de armas, aborto, etc.

O Brasil possui uma estrutura midiática oligopolizada, ou seja, os jornais, revistas, rádios e redes televisivas estão concentrados nas mãos de poucas famílias que detém grande parte destes meios. Estima-se que há sete grupos controlando 80% de tudo o que é visto, ouvido e lido pelos brasileiros no que se refere a mídia (CHRISTOFOLETTI, 2003). Esse tipo de estrutura de mídia dificulta entrada de novas empresas e uniformizam a informação, além de não aceitar críticas e contestação de seus procedimentos (CHRISTOFOLETTI, 2003).

A veiculação da informação pela mídia não é isenta de parcialidade, ou seja, sempre há uma opinião política nas informações geradas pelos grupos de mídia. A própria escolha da informação que será noticiada e o enquadramento dado a uma notícia já se tratam de uma opinião política.

Com isso, o presente artigo tratará de estudar a relação das mídias com a política nacional. É necessário entender que essa relação é muito antiga e se começa a fortalecer na presença dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e se consolida na presença da Rede Globo, de Roberto Marinho. Essa última começa o seu império na Ditadura Militar com o apoio ao regime e permanece até os dias atuais, tendo o seu monopólio muito pouco questionado (AMORIN, 2015).

Esta monografia estudará a presença da mídia nos processos políticos, mais especialmente a *Revista Veja* que é a revista impressa mais vendida do país com média de circulação superior a um milhão de exemplares por semana, de acordo com o site *Super Interessante* (2018). Será analisado o conteúdo da *Revista Veja* na época do impeachment da então presidente da República, Dilma Vana Rousseff.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff ocorreu no ano de 2016 e foi consequência de uma crise política e econômica, além dos desdobramentos da Operação Lava-Jato que investigou o pagamento de propinas de empresas para obtenção de contratos da Petrobrás. O Impeachment é interpretado por alguns como Golpe de Estado e referido por outros como um processo institucional necessário ao qual seguiu todas as prescrições legais. Este processo ficou marcado por grandes manifestações favoráveis e contrárias a continuidade do governo Dilma, o que abordaremos melhor neste trabalho.

O projeto de pesquisa tem como propósito investigar a influência da *Revista Veja*, no processo de impedimento da até então presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff, e de que modos essa influência teria ocorrido. Para avaliar se há, portanto, uma correlação positiva entre o enquadramento midiático e a o processo de deposição da referida representante política, decidiu-se concentrar a análise no papel da *Revista Veja*, da *Editora Abril*, visto que é a revista mais vendida do país.

Cumprе acrescentar que o estudo da influência na disputa pelo poder constitui-se em um dos temas mais importantes das ciências sociais contemporâneas e que será avaliado por essa pesquisa a partir do conceito de democracia de audiência, isto é, o contexto eleitoral atual de muitos países, nos quais os candidatos aos cargos eletivos disputam, através da exposição midiática e por meio das técnicas de marketing eleitoral, a opinião do público (MIGUEL, 2004, p.100).

Na primeira parte deste projeto serão realizadas a justificativa e objetivos do tema, para descobrir se houve influência da *Revista Veja* no processo de impedimento da então presidente Dilma Rousseff.

A segunda parte fará uma contextualização de temas pertinentes a esta monografia, objetivando facilitar a compreensão do leitor de temas importantes para se entender a pesquisa.

Na terceira parte, será discutida a metodologia de pesquisa. Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica a qual se propõe a analisar as coberturas da *Revista Veja*, do grupo *Abril*, durante o processo de impeachment. Tendo em vista que o processo iniciase com sua aceitação na Câmara dos Deputados em dezembro de 2015, a pesquisa irá avaliar o tratamento dado pela *Veja*, uma edição antes da abertura do pedido até a edição a efetivação da cassação do mandato presidencial, quando ele é votado e

aprovado no Senado. Destarte, procurar-se-á apresentar uma análise temporal ampla do enquadramento da *Revista Veja* em relação a todas as etapas e aspectos do impeachment de Dilma Rousseff. Para isso, será feita uma consulta às notícias e capas da revista impressa, avaliando através do sistema de valências todas as capas, notícias e comentários em relação a essa temática. O sistema de valência analisa se uma notícia é favorável, desfavorável ou neutra a imagem de um candidato. Além desses dados quantificados, a pesquisa irá se apoiar em estudos qualitativos de análise de agendamento e enquadramento do conteúdo noticiado.

1.2 - JUSTIFICATIVA:

O presente trabalho busca ponderar sobre a influência da *Revista Veja* no processo de impeachment da ex-presidente da República Dilma Rousseff, visto que além de ter um alcance nacional, a revista sempre esteve presente nas disputas presidenciais brasileiras. Um exemplo disso é o ocorrido na eleição de 2014, no segundo turno, no qual a então presidente Dilma disputava a cadeira presidencial com Aécio Neves. Nas vésperas do dia da eleição, a *Veja* fez uma edição com a capa “Eles sabiam de tudo”, se referindo a uma suposta delação do doleiro Alberto Youssef, na qual teria dito que Dilma e Lula tinham conhecimento da corrupção na Petrobrás (VEJA, 2014). O episódio foi contestado e o TSE concedeu uma liminar, dando direito de resposta ao PT devido a esta reportagem. De acordo com a liminar:

“democracia brasileira assiste, mais uma vez, a setores que, às vésperas da manifestação da vontade soberana das urnas, tentam influenciar o processo eleitoral por meio de denúncias vazias, que não encontram qualquer respaldo na realidade, em desfavor do PT e de sua candidata (BRASIL, 2014)”.

A pesquisa proposta justifica-se a atender uma carência do conhecimento científico no que tange às influências midiáticas nos processos políticos brasileiros, sobretudo considerando que essas influências devem ser avaliadas à luz dos princípios da democracia contemporânea. Bernard Manin, por exemplo, entre outros teóricos da democracia contemporânea, assevera que vivemos em democracias de audiência, isto é, em sistemas políticos representativos, nos quais os candidatos aos cargos eletivos se apresentam ao público nacional, composto da maioria da população, através das

técnicas de marketing utilizadas na TV e na internet, especialmente, de modo que o eleitorado reage às imagens, de forma a ser contra ou a favor algum acontecimento político (MANIN, 1995). Espera-se, com essa pesquisa, proporcionar uma discussão mais consistente sobre as influências das redes de comunicação na disputa eleitoral, em geral, e, mais especificamente, sobre o processo de impeachment da ex-presidente.

1.3 - OBJETIVOS:

- Objetivo Geral:

O presente projeto de pesquisa visa produzir um conhecimento crítico, fundamentado teórica e empiricamente, sobre as influências do Grupo Abril no processo de impedimento da ex-presidente, avaliando o enquadramento dos seus noticiários, durante a cobertura do impedimento da ex- Presidente da República, Dilma Rousseff, especificamente aqueles veiculados através da *Revista Veja*, estudando se houve parcialidade ou imparcialidade na cobertura das notícias, de modo a mensurar se houve efeitos sobre a concretização do processo de impeachment.

-Objetivos Específicos:

Compreender a posição política-ideológica da *Revista Veja* pertencente ao Grupo Abril, durante a cobertura do impedimento da ex- Presidente da República.

2. REVISTA VEJA

A *Revista Veja* é uma das revistas de maior conceito no Brasil. Segundo o “Mundo das Marcas”, especializado em história das marcas empresariais, a *Revista Veja* é a:

“(...) maior e mais influente revista semanal de informação do Brasil, tem mais de 920.000 assinantes, que respondem por aproximadamente 86% de sua vendagem, sendo a 3ª maior revista semanal de informação do mundo, atrás somente das americanas Time e Newsweek” (MUNDO DAS MARCAS, 2009).

A Revista nasce em 11 de setembro de 1968, e tinham como diretor e editor da Abril, Vítor Civita, como diretor de publicações Roberto Civita, e Mino Carta era o diretor de redação da revista. A ideia de Civita era fazer “uma revista semanal de

informações, que levaria ao leitor reportagens sobre os principais acontecimentos do Brasil e do mundo de forma organizada, analítica e contextualizada” (VEJA, 2018).

O objetivo da *Veja* segundo o seu primeiro editorial denominado “Carta ao Leitor”, era fazer da revista um veículo de integração nacional, pois acreditava que o Brasil:

“precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Sua primeira edição publicada da revista levou na capa a reportagem sobre a crise da União Soviética após a invasão russa na antiga Checoslováquia. Esta edição vendeu 650 mil exemplares” (VEJA, 2018).

A *Veja* logo se destacou nas coberturas políticas, de acordo com Velasquez e Kushinir (2009) “a revista ficou marcada desde o início por suas coberturas políticas. Já em outubro de 1968, por exemplo, *Veja* cobriu com detalhes a repressão ao congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP)”.

A *Revista Veja*, segundo seu site (2018), em 1985, após a ideia de Roberto Civita de separar as revistas e as redações, criou-se a *Veja São Paulo* ou, como ficou conhecida, ‘*Vejinha*’. Logo, repetiu-se a ideia em outras cidades. Essas revistas começaram a ser distribuídas gratuitamente junto com a revista principal. Já, em 1997, a *Veja* estreou na internet reproduzindo a edição semanal na íntegra em seu site. Já em 2000, a página começa a disponibilizar notícias em tempo real, após a cobertura da Olimpíada de Sydney (VEJA, 2018).

Outro fato que marcou a revista foi o seu linguajar sarcástico e irônico como estratégia discursiva. O seu texto é carregado de opinião no qual a ironia é usada como ferramenta para desqualificação de alguma pessoa, lugar ou ação praticada. O sarcasmo é utilizado nos textos da revista como uma forma de debochar de algo ou alguém, imputando-os características desprezíveis (BENETTI, 2007). Como exemplo, podemos destacar a capa da *Veja*, na edição de 16 de março de 2016 (nº 2469), intitulada “O Desespero da Jararaca”, referindo-se ao ex-presidente Lula, motivado por uma fala em que o petista critica sua condução coercitiva para prestar depoimento a Polícia Federal em um comício partidário. A fala em questão é: “Se tentaram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo”.

Assim, a revista atuou nos mais diversos momentos na política brasileira. Ainda de acordo Bennett (2007, p. 43), “o governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva é um dos objetos preferidos da ironia sarcástica da revista”. Segundo Fernandes (2012) a posição da revista era anti-Lula e atuava contra as figuras fortes do seu governo, como Dilma Rousseff. Silva (2008, p. 24) resume assim a posição política da Veja:

“Veja é parcial, a revista ignora completamente o equilíbrio em seus enquadramentos, se posiciona firmemente alinhada com os ideais conservadores, e ataca com veemência o governo Lula e seus aliados. Ela julga e condena como se tivesse autoridade para tanto. O posicionamento conservador da publicação não deixa dúvidas, ela enquadra os fatos de acordo com seus interesses neoliberais e pela manutenção do status quo”.

3. IMPEACHMENT OU GOLPE?

3.1 - BREVE DESCRIÇÃO

Para melhor analisar o Impeachment da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, o início dos relatos históricos que precederam o Impeachment será feito a partir do julgamento do mensalão em 2015.

Começa-se neste momento, motivado pela teoria do professor Wanderley Guilherme dos Santos (2017), que argumenta que a Ação Penal 470 (ação que apurou o "Mensalão", escândalo de corrupção relacionado à compra de votos por parte do PT a deputados para manter base de governo) estreou o "ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política". Santos (2017, p. 147) afirma que se trata de um "julgamento de exceção" ao qual continha um "vazio de provas condenatórias" no qual tutelaram juridicamente o golpe parlamentar de 2016, devido ausência de crime de responsabilidade.

Julgamentos com muita exposição midiática podem se transformar em um problema. Para Gobbi (2015, p. 75), o espetáculo midiático de um julgamento pode ser considerado uma “ameaça à decisão independente e objetiva dos magistrados quando a mídia coloca o Judiciário, seus processos e andamentos sob a ótica do espetáculo”. Garapon (1999) corrobora com a opinião de Gobbi:

a mídia abole as três distâncias essenciais em que se baseia a justiça, quando os processos, principalmente os de maior repercussão popular, se deslocam para a mídia: a delimitação de um espaço protegido, o tempo diferenciado do processo e a qualidade oficial dos personagens do seu drama sociais. (GARAPON, 1999, p. 76).

Dessa forma, pode-se dizer que a cobertura da mídia espetacularizou o julgamento e trouxe um sentimento anti-PT na população, ao qual, começou a ligar o partido à corrupção. O fim do julgamento do mensalão ocorreu seis meses antes do início das Manifestações de Junho de 2013, chamadas por Singer (2013) de “Acontecimentos de Junho de 2013”. O autor critica o termo “Jornadas” porque acredita que o termo está ligado a uma ruptura política, o que ele acredita que não houve, assim sugerindo o termo “Acontecimentos”.

Singer (2013) acredita que o Julgamento do Mensalão, que foi amplamente televisionado, pode ter tido efeito sobre os acontecimentos de junho, pois mobilizou uma fração social para as ruas para protestar contra a corrupção. Essa fração social foi mobilizada pela direita com intuito de se opor ao Governo Federal da petista Dilma, trazendo uma bandeira anticorrupção, relacionando corrupção às carências sociais, e, trazendo o sentimento intuitivo de que se acabasse com o governo petista, o país ficaria livre de todos os problemas sociais. Dessa forma, os problemas sociais brasileiros, que para muitos intérpretes como Darcy Ribeiro e Celso Furtado eram estruturais e de difícil resolução, passaram a ser vistos de forma rasa e simplista.

Já Telles (2015) não acredita que o antipetismo dos manifestantes que foram às ruas procede apenas de uma reação às notícias sobre corrupção, mas também de divergência de projetos e políticas redistributivas e da expansão dos direitos de minorias.

Todo este sentimento pôde ter dado a legitimidade popular necessária para a ampliação e manutenção da Operação Lava-Jato que, segundo Boito Jr. (2017, p.3) funciona “como uma espécie de partido da alta classe média”, ou seja, todo o descontentamento com a corrupção do sistema político, que para a classe média é representado majoritariamente pelo PT, transforma a operação numa espécie de partido.

A Operação Lava-Jato foi deflagrada em março de 2014 e teve repercussão nas eleições do mesmo ano devido a influência midiática que, de acordo com Cioccarri (2015, p.76), “ocupa papel central e constitutivo para a análise dos escândalos políticos”. Segundo o autor, um exemplo disto foi a manchete da Folha de São Paulo, do dia 09 de outubro de 2014, uma semana antes das eleições de segundo turno, que dizia: “Esquema beneficiou PT, PMDB e PP em 2010, diz delator”.

Na criação de uma matéria jornalística, são importantes para a construção de uma informação, a parcialidade e a objetividade. Assim, deixou-se em segundo plano, fatos como pesquisas de intenção de voto para noticiar que o partido do Governo, bem como o partido do vice-presidente e um partido da base aliada estão na delação de Alberto Youssef (CIOCCARI, 2015, p.72).

A edição 2397 da *Revista Veja* (2014), nas vésperas da eleição, trouxe na capa a manchete “Eles sabiam de tudo” com os rostos de Lula e Dilma, acusando-os de conhecer e pactuar com os desvios na Petrobrás. O TSE reconheceu através da Decisão Liminar RP Nº 178418 do Ministro Ademar Gonzaga (2014), impugnando esta edição da *Revista Veja* e concedendo direito de resposta imediato à candidata Dilma, por considerar que a reportagem visava atrapalhar a corrida do pleito presidencial.

Neste clima, dá-se o processo eleitoral que resulta na reeleição de Dilma Rousseff, com uma diferença pequena do candidato derrotado Aécio Neves (PSDB). Dilma teve 54.483.045 votos, ou 51,65% dos votos válidos, e Aécio Neves com 50.993.533 votos, ou 48,35% dos votos válidos (TSE, 2014). Contudo, o candidato derrotado e seu partido não admitiram, em primeiro momento, o resultado das urnas e fizeram um pedido de auditoria na votação (ESTADÃO, 2014).

Dilma, uma vez reeleita, adotou uma política econômica contrária à sua campanha eleitoral. Pinto escreve:

O governo guinou na direção das políticas econômicas ortodoxas e na manutenção dos interesses dos segmentos financeiros. Joaquim Levy e Nelson Barbosa assumiram, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e levaram adiante uma política de ajuste fiscal que englobavam medidas de cortes de despesas lineares (afetando educação, saúde entre outras áreas), redução dos direitos trabalhistas e repatriação do capital brasileiro no exterior enviado ilegalmente por nossas elites. Medidas estas que já implicaram na

forte redução do crescimento do PIB, na elevação do desemprego e a na redução da renda real dos trabalhadores (PINTO, 2015, p.6).

Tais medidas econômicas geraram frustração do eleitorado de Dilma e agravaram a recessão econômica com as medidas de combate à inflação. Além de crise econômica, dá-se uma crise política muito aguda com a chegada de Eduardo Cunha (PMDB) à Presidência da Câmara de Deputados. Dilma Rousseff apoiou Arlindo Chinaglia (PT), deixando Cunha muito descontente com a situação (BBC, 2015). Eduardo Cunha e Dilma Rousseff já se estranhavam nos bastidores políticos, segundo a delação do ex-senador petista Delcídio do Amaral. Ambos tiveram um episódio de desentendimento com as indicações da diretoria da Companhia de Furnas, na qual Cunha tinha, até então, um esquema de desvio de dinheiro na estatal. Dilma mudou a diretoria de Furnas, dando início ao conflito entre os dois políticos (STF, 2016).

Motivados pela ascensão conservadora na Câmara de Deputados, via Eduardo Cunha, bem como pelas crises políticas e econômicas e pela oposição das grandes mídias, nascem as grandes manifestações pedindo a renúncia ou o impedimento da presidente Dilma.

As manifestações, em seu auge, chegaram a marca de meio milhão de pessoas (G1, 2016). A grande maioria dos manifestantes era considerada de classe média alta, de acordo com o jornal IG (2014). Possuíam maior escolaridade e renda familiar do que a média da cidade de São Paulo, tratando-se, genericamente falando, do perfil que vem votando contra o PT nas últimas eleições presidenciais, sendo que a maior parte dos manifestantes dizendo ser favoráveis ao impedimento por serem “contra corrupção” (PIMENTEL, 2015).

Com todas essas condições explicitadas, inicia-se a abertura do processo de Impeachment na Câmara de Deputados. Segundo o site do Senado (2016):

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma (SENADO FEDERAL, 2016).

3.2 - DISCUSSÃO JURÍDICA

Queiroz Filho (2016, p. 4) entende o Impeachment como um “ processo em que é sancionada a conduta de autoridade pública, com destituição do cargo e imposição de pena de caráter político”.

A natureza do processo de Impeachment no Brasil é político-jurídica. O ex-senador e ex-ministro do STF, Paulo Brossard escreve que a natureza do processo de Impeachment:

“tem feição política, não se origina senão de causas políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos, julgamento que não exclui, antes supõe, é óbvio, a adoção de critérios jurídicos” (BROSSOARD, 1965, p. 71).

Os critérios jurídicos mencionados por Brossard (1965) estão previstos no artigo 85 da Constituição Federal (1988):

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Como mencionado acima, Brossard (1965) acredita que o impeachment é instaurado por questões de ordem política. Isso ocorre porque a Constituição de 1988 prevê em seu artigo 86 um rito de instauração de um processo de impeachment de um presidente, por vias políticas:

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

No processo de Impeachment de Dilma Vana Rousseff, o libelo acusatório, formulado por Janaína Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. (2016), era em face dos crimes de responsabilidade, logo, para julgamento no Senado. De acordo com o documento, os crimes de responsabilidade substanciados foram:

- 1) Na omissão diante do maior escândalo de corrupção do mundo, popularmente conhecido como Petrolão, em cujo âmbito foram investigadas, processadas e até condenadas pessoas muito próximas à Sra. Presidente e aos Partidos dos Trabalhadores, ao qual pertence;
- 2) Na tomada de empréstimos vedados de instituições financeiras públicas, sem a respectiva contabilização, o que impossibilitou, que a população tivesse real dimensão econômica e financeira do país;
- 3) Na edição de decretos, abrindo crédito suplementar, sem devida autorização do Congresso Nacional, em afronta à constitucional separação dos poderes (BICUDO; REALE JR.; PASCHOAL, 2016, p.1)

Assim, com essa denúncia, o até então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha lê em plenário o libelo acusatório e aprova o início do processo de Impeachment no dia 2 de dezembro de 2015.

A defesa de Dilma, por meio de seu procurador e chefe da Advocacia Geral da União (AGU), José Eduardo Cardozo, defendeu-se criticando que a denúncia era baseada em “meras suposições”, negando existência de irregularidades e acusando de que os “supostos fatos” ocorreram no mandato anterior e, por isso, não poderia ser responsabilizada no novo mandato (AGU, 2016).

A defesa da ex-presidente também acusou Eduardo Cunha de chantagem e vingança, devido ao fato de ter ameaçado aceitar o processo de impedimento caso o governo não recomendasse a bancada do seu partido votar contra a cassação de Cunha, no Conselho de Ética da Câmara. De acordo com o texto de Cardozo (2016, p.28): "para somar seus votos contra a abertura do seu processo de cassação, ele promoveria a imediata abertura do processo de impeachment proposto por cidadãos vinculados à oposição, como vingança e retaliação".

Esse fato foi mais tarde confirmado pelo presidente Michel Temer, que também é muito próximo de Cunha. Segundo entrevista dada por Temer (2018) à TV Bandeirantes:

Em uma ocasião, ele foi me procurar – e isso era umas duas horas da tarde, mais ou menos – dizendo: ‘Olha, eu hoje vou arquivar todos os pedidos de impeachment da presidente – e eram dez ou 12 pedidos –, porque prometeram-me os três votos do PT no Conselho de Ética’. Eu disse: ‘Ora, que bom. Muito bom. Assim acaba com essa história de você estar na oposição, etc. Até porque, convenhamos, eu sou o vice-presidente da República, do PMDB, e fica muito mal essa situação de você, a todo momento, estar se posicionando como opositorista’(...) No dia seguinte, eu vejo logo o noticiário dizendo que o presidente do partido – o PT, naturalmente – e os três membros do PT se insurgiam contra aquela fala e votariam contra [Cunha]. Quando foi três horas da tarde, mais ou menos, ele me ligou dizendo: ‘Olha, tudo aquilo que eu disse não vale, porque agora eu vou chamar a imprensa e dar início ao processo de impedimento. Então, veja que coisa curiosa: se o PT tivesse votado nele naquela comissão de ética, é muito provável que a senhora presidente continuasse [no mandato]’ (TEMER, 2018).

Nessas condições, o processo tramitou na Câmara de Deputados e teve fim numa sessão especial no dia 17 de abril de 2016 com a aprovação da denúncia para análise no Senado. Foram 367 votos favoráveis ao impeachment, 137 contrários, 9 abstenções e 2 ausências de deputados.

No Senado, o relator foi o senador mineiro Antônio Anastasia (PSDB). Seu parecer foi pela admissibilidade da denúncia, com a consequente instauração do processo de impeachment. O relator entendeu que os instrumentos orçamentário-financeiros foram utilizados de forma irresponsável pela presidente, assim havendo ofensa aos art. 85, VI e art. 167, V da Constituição Federal, aos art. 10, item 4, e art. 11, item 2 da Lei nº 1.079, de 1950, pela abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional, bem como ofensa aos art. 85, VI e art. 11, item 3 da Lei nº 1.079, de 1950, pela contratação ilegal de operações de crédito com instituição financeira controlada pela União (ANASTASIA, 2016).

A denúncia foi acatada e o processo de Impeachment foi consumado no dia 31 de agosto de 2016, por meio de votação no Plenário do Senado ao qual entendeu que Dilma cometeu os crimes que fora acusada. Foram 61 votos favoráveis a denúncia e 20 contrários. Numa votação subsequente, o Senado decidiu afastar a pena de inabilitação para o exercício de cargo público ao qual sofreria Dilma Rousseff (LEWANDOWSKI, 2016).

3.3 - AVALIAÇÕES POLÍTICAS DE 2016

Após o impeachment, o antigo governo que se transformou em oposição, bradava “Golpe” e movimentos favoráveis ao impeachment, como o Movimento Brasil Livre (MBL), rebatia o argumento da oposição, dizendo que o rito processual seguiu a “normalidade democrática”.

Wanderley Guilherme dos Santos (2017) avalia o impeachment de Dilma como um golpe parlamentar. Para o autor, as definições clássicas de golpe foram modificadas. Isso quer dizer que o golpe foi liderado por parlamentares peemedebistas, ou seja, por políticos, modificando a forma do golpe que até então era feito por via militar. O autor avalia que o golpe parlamentar de 2016 se assemelha bastante com os golpes parlamentares de Honduras (2009) e do Paraguai (2012), portanto, trata-se de um "aprimoramento" da ideia de golpe, ou seja, quem esteve por trás destes impeachment, também esteve por trás dos golpes militares que sofreram a América Latina algumas décadas atrás.

Para este autor, quem possibilitou o golpe parlamentar de 2016 foi o próprio STF a partir do Julgamento da Ação Penal 470. Wanderley Guilherme dos Santos identifica três teses absurdas do STF no Julgamento do mensalão que permitiram, mais tarde, o Golpe Parlamentar:

“A ideia de que a Constituição é aquilo que o STF diz e não o que o povo diz, surrupiando o poder constituinte da população; disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado, pois condenou-se por entender ser impossível que o acusado não soubesse, embora não existisse a prova material; a teoria do domínio do fato porque a bibliografia assim autoriza condenar. (SANTOS, 2017, p.145).

Ainda nas palavras do autor, “qualquer barbaridade [jurídica] será consagrada se contar com maioria específica ou indiferença genérica” (p. 175). Tais teses serviram, depois, como tutoria jurídica para o golpe parlamentar de 2016.

Jessé de Souza também entende que houve golpe. Souza (2016) entende que o afastamento e impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff teve o mesmo objetivo de outros golpes e tentativas de golpes do passado brasileiro, que é atender aos interesses financeiros do grande capital. Jessé acredita que a Globo influenciou o processo de impedimento, pois “federalizou” as manifestações no Brasil por meio das coberturas

fantasiosas do Jornal Nacional. O autor afirma que a partir dessa federalização o grande capital começou efetivamente articular um golpe para retirar Dilma e o Partido dos Trabalhadores do poder.

Luís Felipe Miguel corrobora com as visões de Souza e Santos. Miguel (2016) acredita que o golpe foi dado com intuito de impor uma agenda de retrocesso para atender contra os trabalhadores e atender ao grande capital. Para Miguel (2016, p.31):

“O governo avança, o mais rápido que pode, na agenda de retrocesso que se deseja impor ao país a entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva”.

4. METODOLOGIA:

O trabalho busca desvendar a influência da *Revista Veja* na opinião pública durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Vana Rousseff. Considerando o objeto e o problema aqui delimitados, esta pesquisa possui abordagem mista, ou seja, qualitativa e quantitativa, pois, de acordo com Fonseca (2002, p. 20), "a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente".

Trata-se de uma pesquisa básica, quanto à natureza, segundo Silveira e Córdova (2009), que "objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista".

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é caracterizada como exploratória. Gil explica que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2008, p.48).

Sobre os procedimentos, será utilizada pesquisa documental. Segundo Pádua (1997, p. 62), pesquisa documental é “aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”, sendo sua principal finalidade a de “descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências”. Para Gil (2008, p.46), a pesquisa documental realiza-se a partir de

"documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas(...). Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, etc".

Assim, será analisada a cobertura da *Revista Veja* do Grupo Abril, durante o processo de impeachment. Foram analisadas as edições 2454 a 2494, coincidindo-se com o período de 02/12/2015 até 07/09/2016. O marco inicial para a análise foi uma a última edição antes da abertura do processo de impedimento e, o marco final, foi a primeira edição após o fim do processo. Além das edições supracitadas, foi analisada uma edição extra sobre o impeachment datada no mês de abril de 2016.

4.1 - METODOLOGIA DE ANÁLISE DO MATERIAL DE PESQUISA

Como método para classificar e organizar os dados, foi usada a construção de duas tabelas, uma tabela sobre o agendamento da notícia e outra sobre o enquadramento da notícia.

Tabela de Agendamento da Notícia

A tabela de agendamento da notícia se faz importante para entender a agenda da notícia na *Revista Veja*, ou seja, a cobertura semanal das notícias. Maxell McCombs (2008, p. 206) explica o agendamento da notícia da seguinte forma:

Se você guardar os exemplares do seu jornal preferido durante duas ou três semanas, e em uma tarde passar pelas primeiras páginas, você terá uma noção da agenda que aquele jornal teve ao longo desse tempo. Alguns assuntos estarão nas capas desse jornal por muitas e muitas vezes. Evidentemente, muitos assuntos nem estarão lá. Agenda é simplesmente a questão da cobertura da notícia.

Entre os teóricos da comunicação é pacificado o fato de que as mídias influem na opinião pública, porém, não é consenso o grau de influência que essas mídias detêm sobre os cidadãos. Dessa forma, existem várias teorias do agendamento da notícia (RESENDE, 2003). O presente trabalho utilizará a vertente defendida por McCombs e Shawn (1972), que entende que a agenda da mídia pode influenciar a agenda pública da política e, como consequência, na posição do eleitor.

Com base nestas posições, a tabela de agendamento do presente trabalho analisou todas as edições semanais (incluindo uma edição extra) da *Revista Veja* durante a tramitação do impeachment de Dilma Rousseff. Foram identificadas, em cada edição, menções diretas a figuras públicas que tiveram influência para o processo de Impeachment, algumas figuras são essenciais para análise do agendamento e outros têm finalidade para comparação.

As figuras públicas que serão analisadas neste trabalho foram: Dilma Rousseff, Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT), Sérgio Moro, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Michel Temer.

A ex-presidente Dilma é vista como essencial pelo fato de ser sua deposição o principal acontecimento a ser estudado no trabalho. Serão objetos da pesquisa as menções ao PT, por ser o partido de Dilma, e as citações a Lula, devido sua importância na indicação da ex-presidente e o PT por ser o partido de Dilma. Já, o até então juiz, Sérgio Moro, por ser o principal juiz da Operação Lava-Jato (e também sua personificação), que esteve presente nos noticiários brasileiros antes, durante e após o impedimento. O PSDB, por ser o principal partido opositor dos governos do PT, sendo também um bom parâmetro para comparações. Outro nome visto como crucial para a construção da tabela é Michel Temer, pois é o vice-presidente, até então, e herdeiro da cadeira presidencial após a cassação do mandato.

O trabalho analisou todas as páginas das edições, excluindo-se da análise apenas as páginas destinadas para propagandas (com exceção da edição extra), o “Índice” e o “Teste da Semana”, que é uma parte destinada a testes para o leitor. O motivo da exclusão foi sua pouca relevância para a análise dos dados.

A análise contabilizou apenas as menções diretas aos nomes anteriormente citados, ou seja, se foram utilizados os nomes acima, e não os cargos. Exemplificando,

contabilizou-se quando o trecho de uma matéria mencionava "presidente Dilma" ou "Dilma Rousseff" dentre outras variâncias, mas não foi contabilizado quando a menção era indireta como o escrito "a presidente da República" dentre outras variâncias do cargo. Já, quando escrito "petista" ou "tucano" se entendia como menção direta aos seus respectivos partidos, PT e PSDB. Durante a análise, foram verificadas com certa frequência, a expressão "lulopetismo", unindo para se referir aos governos petistas. Neste caso, foram contabilizados duas vezes, pois se trata da junção de Lula com "petismo".

O objetivo desta parte do trabalho foi contabilizar o número de menções diretas aos nomes importantes no procedimento de impedimento da ex-presidente Dilma, tentando entender assim, quais notícias foram importantes para a agenda midiática, ou seja, quem mais se falou e quem menos se falou. A posteriori, será discutido o enquadramento ou valência da notícia, ou seja, se a menção ao nome foi favorável, desfavorável ou neutra para o nome citado.

Tabela de Enquadramento e Valência da Notícia

A tabela de enquadramento e valência da notícia foi aplicada visando entender o posicionamento da *Revista Veja* nas matérias de sua edição semanal no decorrer do processo de impedimento de Dilma.

O enquadramento da notícia é uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de entendimento do leitor, sendo construída pelo autor da notícia através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos, palavras e informações, compondo perspectivas gerais sobre acontecimentos e situações relatadas no noticiário (ROTHBERG, 2007). Entre outras palavras, enquadramentos são:

estruturas cognitivas básicas que guiam a percepção e a representação da realidade. Na totalidade, enquadramentos não são produzidos conscientemente, mas são adotados inconscientemente no curso do processo comunicativo". (KOENIG, 2004, p. 2)

Para a análise do enquadramento, foi escolhido um sistema baseado no sistema de valências utilizado pelo site Manchetômetro, que faz parte do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), da UERJ. O Manchetômetro (2019) tem como

objetivo ser ferramenta para realização de “análises sobre o comportamento da grande imprensa acerca de questões fundamentais para nossa vida coletiva”. O grupo utiliza nas suas medidas a codificação de valências. Dessa forma, este trabalho utiliza conceitos desenvolvidos por este grupo, porém inclui novos conceitos que visam adaptar o sistema de valências a esta pesquisa.

O sistema de valência pode fornecer pistas se existe uma superexposição que um candidato ou ocupante de cargo político recebeu por parte da grande mídia foi um dos elementos responsáveis por catapultar seu desempenho em pesquisas, e também pode sugerir se o excesso de cobertura negativa ou positiva contribuiu para o seu desempenho. Porém, Feres Jr. (2016, 282p.) alerta que isso “são somente evidências que necessitam de investigações de outra natureza para serem confirmadas”, o que reforça a importância da pesquisa qualitativa empregada neste trabalho.

O método de valências, utilizados na pesquisa quantitativa, é uma forma de capturar o viés da notícia de modo preciso, no seu valor bruto, dessa forma, elenca se a notícia é positiva, negativa ou neutra ao candidato (FERES JR., 2016). O Manchetômetro (2019) entende que:

“As notícias favoráveis são as que contêm referências predominantemente positivas ao personagem ou tema em questão, sejam elas factuais ou normativas (exemplo: “Programa X diminuiu drasticamente os níveis de desnutrição infantil nos estados da Região Nordeste” ou “Fulano de Tal cumpriu a maioria de suas promessas de campanha”); as contrárias são aquelas que contêm referências predominantemente negativas ao personagem ou tema em questão (exemplo: “Política econômica do governo não detém inflação” ou “Cicrano não é um ministro confiável”); quando o texto é meramente descritivo e destituído de conteúdo claramente positivo ou negativo, ele recebe a classificação de neutro (exemplo: “Congresso aprova lei Y” ou “Conheça as novas regras do programa Z”)” (MANCHETÔMETRO, 2019).

Nestes termos, o presente trabalho analisa as menções diretas aos nomes analisados, identificando se a menção é positiva (favorável), negativa (desfavorável) ou neutra, além de contabilizá-los, na sua totalidade, em cada notícia, edição e no total de edições analisadas.

Dessa forma, a notícia compreende que são menções favoráveis, aquelas ditas pela própria figura pública analisada (como frases, notas explicativas, etc.), além de elogios e opiniões positivas nas reportagens. Entende-se como negativas, as críticas

presentes na revista como as de especialistas, colunistas e/ou redatores, além de notícias que denigrem a imagem dos nomes dos analisados, como em acusações de corrupção. As menções foram consideradas neutras quando apenas descreviam algum fato sem prejuízo ou ganho para a imagem do candidato. Menções com fatores favoráveis e desfavoráveis no mesmo contexto foram consideradas como neutras.

Na Análise de Enquadramento, os dados foram divididos em cinco momentos. O primeiro momento se refere a fase inicial do impeachment, ainda no ano de 2015, sendo a última edição a última do ano. Já o segundo momento, inicia-se na primeira edição do ano de 2016 e termina na edição 2469, anterior a homologação e divulgação da delação do ex-senador Delcídio do Amaral, entendida como um dos pilares do libelo acusatório realizado pelos juristas, Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr., para o processo de impeachment. O terceiro momento começa após a homologação da delação do ex-senador e termina na edição de repercussão do afastamento de Dilma da presidência após a votação em primeiro turno do Senado Federal. O quarto momento se refere ao momento em que Temer assume a presidência até a edição anterior da conclusão do processo de Impeachment. O quinto e último momento se trata de uma única edição, a edição de repercussão da conclusão do Impeachment.

Assim, a pesquisa tentará compreender a opinião da revista sobre as figuras analisadas, além de tentar desvendar sua importância no processo de impedimento da ex-presidente da República, Dilma Rousseff.

5.1 – SAI DILMA ENTRA TEMER

Ao longo das edições analisadas, foram identificadas 1808 menções diretas ao nome da ex-presidente Dilma Rousseff, com média de 43,0476 menções por revista. Foi o nome mais citado pela revista durante este período. Teve 5,86% de menções favoráveis a sua imagem, 73,06% de menções negativas e 21,07% menções neutras.

Durante os cinco momentos, o momento que teve maior média de menções por edição foi o último momento, na qual se tratava de uma única edição, que se tratava da repercussão da concretização do processo de impeachment. Este momento obteve o maior número de menções favoráveis à imagem de Dilma, com 17,83%, no entanto,

ainda assim teve o número de menções negativas muito superiores as menções positivas, com 55,95%.

No primeiro momento, que diz a respeito da fase em que se iniciou o processo de impeachment, Dilma teve 284 menções e Temer teve 60, a média foi respectivamente 56,8 e 12 menções por edição da revista. Nesta fase da análise, foram mensuradas as menções da petista como 5,63%, 72,89% e 21,48% de menções positivas, negativas e neutras, em razão de 45%, 28,33% e 23,67% das menções positivas, negativas e neutras de Temer.

No segundo momento, etapa que começa a análise na primeira edição de 2016 e termina na última revista publicada antes da delação de Delcídio, foram arguidos 337 menções para Dilma, média de 30,6363, e 18 menções para Temer, média de 1,6363. No entanto, Dilma teve apenas 5,64% de menções positivas enquanto Temer obteve 38,89% de menções favoráveis. Já as menções desfavoráveis foram maiores para Dilma do que para Temer, 72,89% contra 27,78%.

Com a arguição destas duas etapas e comparação entre estes dois nomes, pode-se concluir que o nome de Temer foi muito pouco citado e não foram apresentadas pela revista, notícias que tivessem grande impacto em desfavor ao nome do peemedebista. Em contrapartida, o nome de Dilma foi ligado sempre a notícias de cunho negativo, principalmente ligado a corrupção, crise política e recessão econômica.

Já no terceiro momento, o panorama descrito na análise dos dois momentos iniciais ocorreram pequenas mudanças, principalmente em razão do aumento de menções diretas aos nomes de Dilma e Temer no qual houve uma variação em razão da média do segundo momento de 143,5% (746 menções ou 74,6 menções por edição) para a petista e 1776,18% (307 menções ou média de 30,7 menções por revista) para Temer. Este aumento é derivado pela repercussão negativa da deleção de Delcídio para a imagem da Dilma, pelo julgamento do TSE da chapa Dilma-Temer e pela votação pelo impeachment no plenário da Câmara dos Deputados. Entretanto, mesmo com o grande aumento das citações dos nomes da petista e do peemedebista, não houve grandes variações no enquadramento positivo e negativo do nome de Dilma e Temer.

Dentro desta terceira etapa destacam-se as edições 2478 de 18 de maio de 2015 e a Edição Extra. A revista nº 2478 repercutiu a votação do Senado Federal que afastou

Dilma, resultando na posse interina do vice-presidente, Michel Temer, para a Presidência da República. Esta edição foi a edição que Dilma Rousseff obteve o maior número de citações, 106 menções sendo 9 menções favoráveis (8,5%), 18 neutras (17%) e 79 negativas (74,5%). Michel Temer, nesta revista, foi citado 27 vezes sendo 19 favoráveis (70,4%), 1 negativa (3,7%) e 7 neutras (25,9%). A edição Extra foi lançada em abril de 2016, logo após a votação em plenário da Câmara de Deputados. Foi a revista com maior número de menções a Temer, com 60 citações sendo 36 favoráveis (60%), 16 neutras (26,7%) e apenas 8 negativas (13,3%).

No quarto momento, iniciado pela saída provisória da ex-presidente e terminada na edição anterior a finalização do processo de impedimento, houve uma diminuição significativa na média de menções a Dilma Rousseff, que caiu para 23,8 e uma diminuição relativamente pequena ao nome de Michel Temer, que caiu para 21,5333. Porém, na questão do enquadramento, não houve variações muito significativas as citações favoráveis, desfavoráveis e neutras à Dilma e Temer.

O quinto momento que analisou apenas uma edição é a fase de análise posterior ao impeachment que repercutiu a finalização do procedimento de cassação da ex-presidente Dilma. Esta fase teve a maior média de menções ao nome de Dilma (84) e Temer (34). Também foi a etapa com a menor porcentagem de menções negativas (55,95%) e maior número de posições positivas (17,86%) a imagem de Dilma, porém ainda são números bem desfavoráveis à imagem da ex-presidente. Por sua vez, o número do enquadramento de Michel Temer teve números bem próximos ao momento anterior e, conseqüentemente, a sua média total. Porém, vale atentar para a forma como a revista tratou a gestão Temer como um governo para reparar o “desgoverno” de Dilma, como fez na edição n° 2476 de 4 de maio de 2016, cuja capa se chamava “*As apostas de Temer*”. No conteúdo havia uma reportagem com nome *A largada de Temer*, onde a revista mostrou quais seriam as primeiras medidas de Temer para a economia, mostrando-se favorável a tais medidas.

5.2 – EDIÇÃO EXTRA, FIESP E O POSICIONAMENTO DA VEJA

A *Revista Veja* lançou uma edição especial para repercutir a aprovação do impeachment pela Câmara de Deputados. Trata-se de uma edição com um

posicionamento bem definido por parte da revista com várias críticas a Dilma, Lula e ao PT e com exaltações a Michel Temer, Marcela Temer e Sérgio Moro.

Dilma Rousseff é criticada abertamente pela revista em alguns momentos dessa edição, como na reportagem *Dilma cai no Limbo* que refere a Dilma como uma “presidente zumbi”. O parágrafo da reportagem *Folga de 25 votos* é outro trecho da edição que corrobora com estas críticas, bem como amplia as críticas a Lula:

As verdadeiras democracias são aquelas em que a lei não sucumbe aos interesses dos poderosos. Lula e Dilma Rousseff acreditavam que subverteriam essa lógica. Acreditavam que a imprensa livre e que os órgãos de investigação jamais descobririam que eles se mantiveram no poder fraudando eleições, subornando políticos e corrompendo partidos(...)

Dilma e Lula não levaram todas as críticas sozinhas, sobrou também para o seu partido, o Partido dos Trabalhadores. O PT é criticado nesta mesma matéria na qual se referem a derrota do partido como provenientes da “crise duplamente devastadora: a crise moral e ética” e que o “o PT perdeu o rumo quando caiu a máscara de sua própria desvirtude”.

Em outra avaliação sobre o PT escrita na coluna de autoria de J.R. Guzzo, membro do Conselho Editorial e também colunista da revista, é traçado uma análise sobre corrupção, o PT e Eduardo Cunha: “E Cunha? Jamais se menciona que foi nos governos do PT, e não durante o reinado de dom Pedro II, que o deputado praticou todos os delitos de que é acusado”. Portanto, trata-se de uma forma de amenizar a corrupção praticada por Cunha e culpabilizar o PT pelos delitos cometidos no qual Cunha é acusado de ser o autor.

Cunha é pouco citado nesta edição especial e não é colocado como uma grande figura do processo. O hoje ex-deputado contabilizou 10 menções sendo 4 positivas, 4 negativas e 2 neutras, seis vezes menos que Michel Temer, que teve 60 citações (36 positivas, 8 negativas e 16 neutras).

No entanto, apesar de algumas poucas citações negativas, cabe destacar as reportagens exaltando Temer inclusive nas próprias manchetes: *A hora e vez do vice* e *Tudo a favor de Temer*. Estas duas notícias, mesmo datadas bem anteriormente a

votação do Senado Federal que afastou provisoriamente Dilma e sem o resultado do julgamento do TSE que poderia cassar a chapa Dilma-Temer, já davam como certo que Temer assumiria a Presidência da República e já listava os desafios que Temer teria em sua gestão.

A esposa de Michel Temer, Marcela Temer também teve uma reportagem exclusiva intitulada *Bela, recatada e do lar*, na qual Marcela falava sobre si mesma e relatava algumas intimidades do casal. A revista chamou Marcela de “a quase primeira-dama”.

Além das matérias especiais sobre o casal Temer, outra matéria que buscou enaltecer um personagem foi *A luta continua*, que referenciou o juiz federal Sérgio Moro e a Operação Lava-Jato. Nas palavras da revista: “Liderada pelo juiz Sérgio Moro, a Lava-Jato revigorou a justiça e refreou a impunidade no Brasil”. A reportagem personifica a operação Lava Jata em Moro e a refere como “calcada na eficiência” e aquela que “pôs um fim na impunidade”, pois, de acordo com a matéria, “puniu os donos das maiores empreiteiras do país” e apontou “um rol de parlamentares e caciques políticos suspeitos de locupletar-se do esquema”. Dessa forma, o juiz Sérgio Moro, que foi bastante enaltificado pela revista, teve 7 citações positivas das 7 menções na revista (todas nesta reportagem).

Outro fator interessante presente nesta versão especial foram as duas propagandas da FIESP presentes na edição. Na primeira publicidade da FIESP havia os dizeres *O Brasil venceu* e era acompanhada de uma imagem de uma manifestação pró-impeachment com um pato inflável, pato que fazia parte de uma campanha do sindicato patronal contra um possível aumento de impostos e que esteve presente na maior parte das manifestações favoráveis ao impedimento da petista. A segunda publicidade era este mesmo pato referido acima, acompanhado de um fundo amarelo com as palavras *Chega de pagar o pato*.

Concluindo, com todas as descrições supracitadas, pode-se dizer que neste momento a *Veja* via com bons olhos e com ansiedade a posse de Temer e não se esquivou em achar culpados pela crise econômica e pelos desvios de dinheiro na Petrobrás: Dilma, Lula e o PT.

5.3 – LULA VS SÉRGIO MORO

O ex-presidente Lula e o juiz federal Sérgio Moro pareciam travar uma batalha a parte durante o processo de impeachment. Pelo menos é o que se percebe durante a análise das edições da revista.

No período analisado, Lula obteve 1683 menções diretas, sendo grande parte envolvendo a esquemas de corrupção, portanto desfavoráveis a imagem do ex-presidente. No total, das 1683 menções, houveram 1334 citações negativas (79,26%), 279 menções neutras ou descritivas (16,58%) e, apenas, 70 citações favoráveis (4,16%).

Os números da análise referentes ao nome de Lula divergem bastante dos números obtidos nas análises de valência ao nome de Moro. O juiz federal obteve 329 citações ao seu nome durante o período pesquisado. Das 329 alusões ao nome de Moro, foram identificadas grande parte das menções sendo favoráveis a imagem do juiz, 241 menções positivas ou 73,25% do número total. Completando, assim contabilizou-se 23 menções negativas ou 6,99% do total e 65 alusões neutras ou 16,58%. Dessa forma, podemos analisar que a discrepâncias no enquadramento dado a estes dois atores da política nacional.

Muitas das alusões ao ex-presidente, a revista retratava pessoas suspeitas de participação em esquemas de corrupção como ligadas a Lula, como “(...) Luis Carlos Burlai, amigo de Lula” ou como na reportagem da edição 2477 *O ‘acerto’ e o fraude* que descreveu suspeitas de uma mulher em esquemas de corrupção e a colocou como “amiga íntima de Lula”, insinuando um possível caso entre os dois. Outras vezes, pessoas próximas de Lula foram colocadas como pivôs de esquemas de corrupção como a ex-primeira-dama Marisa e Fábio Luís, o Lulinha.

Já Sérgio Moro teve seu nome muitas vezes sendo exaltado pela revista. Em um dos casos ele foi capa da Veja na última edição do ano de 2015, ed. 2458. Na capa estava a imagem de Sérgio Moro acompanhada do título *Ele salvou o ano!*. Nesta mesma edição havia uma reportagem especial chamada de *A cabeça de Moro* onde a revista analisou sentenças do juiz e chegou na seguinte conclusão exposta na capa: “(...) primeira esperança real de vencer a corrupção”

Muitas das vezes, Lula é tratado como um vilão ou, segundo a própria revista, como uma “jararaca”. Do outro lado, Sérgio Moro era extremamente elogiado por suas sentenças e por sua coragem, era a personificação e líder da Lava-Jato e foi referido algumas vezes pela revista como “herói nacional”. A impressão passada pela revista é que ela buscava desconstruir o “lulopetismo”, como a revista se referia aos governos Lula e Dilma, e criar a figura de outro herói, Sérgio Moro, o homem que mandou “punir os donos das maiores empreiteiras do país e apontou um rol de parlamentares e caciques políticos suspeitos de locupletar-se do esquema (Petrolão)”.

5.4 – PT E PSDB NA VISÃO DA VEJA

Analisando os resultados relacionados aos partidos políticos, verificou-se 1313 menções ao Partido dos Trabalhadores e 284 menções ao Partido da Social-Democracia Brasileira, ou seja, os números de citações ao PT foram 4,65 vezes maiores do que ao PSDB.

Dentro das 1313 aludidas ao PT contabilizou-se 60 menções positivas, 897 negativas e 356 neutras, em termos proporcionais foram, respectivamente, 4,57%, 68,32% e 27,11%. Parte das citações negativas relacionadas ao PT deve-se a denúncias de corrupção de petistas envolvendo Dilma, Lula, João Vaccari, entre outros. Outra parte é devida as delações de petistas como o ex-marqueteiro João Santana e o ex-senador Delcídio do Amaral, além de notícias sobre a crise econômica.

Das 1313 menções ao Partido dos Trabalhadores, 194 ocorreram no primeiro momento das quais a maior parte dessas menções da primeira etapa, 67,53% ou 131 alusões, das menções foram com teor desfavorável, 12 menções ou 6,19% tiveram valência positiva, 51 alusões ou 26,29% obtiveram neutralidade para análise. Este momento teve uma média de 38,8 citações por revista, portanto maior que a média total que é de 31,2619, ou seja, há uma variação de 24,11% em relação a média total. O que explica os números nesta etapa são as denúncias da Lava-Jato sobre Lula e o início do processo de cassação do mandato presidencial em posse de Dilma.

No entanto, o segundo momento houve uma pequena queda na média de menções quando comparado ao primeiro, de 38,8 menções por edição para 33,7272, um

número mais próximo da média total. Nesta fase analisada, das 371 menções ao PT, 74,93% (278 menções) foi considerada negativa, aonde a maior parte derivou-se de denúncias de corrupção ao principal líder petista, Luiz Inácio Lula da Silva (o segundo momento foi o único das cinco etapas cuja média de citações ao nome de Lula foi maior que Dilma). Não houve grandes variações do segundo para o primeiro momento em relação as valências negativas e neutras.

Já o terceiro momento é o segundo estágio da pesquisa com maior média de menções em relação ao PT, 43,5 citações por edição, número 39,15% maior que a média de todas as revistas da análise. O terceiro estágio inicia-se na homologação da delação do ex-petista e ex-senador da República na qual serviu de base no libelo acusatório do processo de impedimento de Dilma, englobou a repercussão da votação da Câmara que instaurou o Impeachment e teve como fim a votação do Senado que afastou a presidente, ou seja, estes fatos motivaram o grande número de citações ao PT. Em razão do enquadramento deste momento, houve uma queda nas menções negativas e nas positivas, em contrapartida um aumento das consideradas neutras. As menções desfavoráveis ao PT caíram de 74,93% para 58,62% e as favoráveis de 5,93% para 3,22% enquanto as neutras subiram de 19,14% para 38,16%. A principal contribuição para o aumento das menções neutras foi a análise da edição extra na qual descreveu o voto de cada um dos deputados em relação ao procedimento de Impeachment, sendo citado o partido do deputado no voto, o que foi considerado como uma menção totalmente descritiva já que não havia juízo de valor.

A quarta etapa tem como marco o afastamento da ex-presidente o que contribuiu para o recuo da média de menções por edição, 17,6, menor número da análise quando se tratou das menções ao PT. Neste momento houve 77,27% de menções desfavoráveis ao PT, o número de menções favoráveis praticamente se manteve em relação ao terceiro momento e as menções neutras caíram para 19,7%.

A quinta fase, na qual foi analisada apenas uma revista, ouve uma retrospectiva dos 14 anos de PT no executivo federal, justificando assim o maior número da média de menções ao PT, 49 citações. Houve um aumento das menções positivas e neutras, entretanto, este número ainda foi bem menor que o número de menções negativas a imagem do PT (59,18%).

O mesmo tratamento dado ao PT não se repetiu ao PSDB. O PSDB, principal partido de oposição aos governos petistas, teve um número bem menor de citação que o PT. Incluindo todas as edições da pesquisa, houveram apenas 30,99% de citações desfavoráveis do número de menções aos tucanos, enquanto o PT teve 68,32%. Já, as menções positivas, os tucanos obtiveram 21,83% e o PT 4,57%. Porém, o maior número tucano foi sobre as citações que tiveram um teor descritivo, 47,18%.

Não obstante da enorme divergência dos números entre PT e PSDB, a Revista Veja lançou um editorial na edição nº 2457, conhecido como *Carta ao Leitor* e com o título *Senso de Proporção*, onde tentava justificar a diferença do tratamento do Mensalão Tucano em relação ao Mensalão Petista e ao Petrolão. Segundo a revista:

“Tendo se destacado na cobertura do Mensalão do PT, VEJA não deveria dar na capa a condenação de Azeredo? A resposta é não. São dois casos totalmente diferentes no que diz respeito às provas, aos fins e a abrangência de cada um (...). Em termos de volume de recursos desviados, tem-se 170 milhões de reais no mensalão do PT e 3,5 milhões no do PSDB. O escândalo mineiro é cinquenta vezes menor do que o do PT.”

Dessa forma, ao assumir a diferença que ela deu aos escândalos de corrupção, ela mostra claramente que tem preferência por um partido político.

5.5 – CORRUPÇÃO E ECONOMIA: TEMAS CENTRAIS DO DEBATE NA ÓTICA DA VEJA

Ao longo de toda a pesquisa realizada, percebeu-se que a *Revista Veja* tem dois focos principais em seu noticiário político: economia e corrupção.

Em se tratando da economia, a *Revista Veja*, apesar de não ter assumido expressamente seu gosto pelo neoliberalismo, tem a posição favorável ao liberalismo econômico. A revista é favorável à redução do poder estatal e criticou Dilma justamente pelas medidas de protecionismo econômico na Carta ao Leitor da edição 2456 de 16 de dezembro de 2015.

Além disso, a marca do Grupo Abril mostrou-se estar de acordo com as medidas ortodoxas (controle dos gastos públicos) do governo Dilma, representado por Joaquim Levy, ministro da Fazenda ortodoxo que ficou no cargo durante parte do segundo

mandato de Dilma. No entanto, apesar do gosto pela política de controle dos gastos públicos, a *Veja* entendia que o ministro era competente para o cargo e colocava Dilma como uma governante incompetente, que não escutava ninguém para as tomadas de decisão, entendendo que Levy era uma voz vencida dentro do governo, como demonstrada na Coluna de Maílson da Nóbrega na edição 2456.

Além do mais, a posição econômica da *Veja* era representada principalmente na voz de seus colunistas, principalmente na voz do ex-ministro da Fazenda, de posição ortodoxa em relação aos gastos estatais, Maílson da Nóbrega. Maílson é extremamente crítico ao governo e defende uma redução ampla dos gastos públicos, além da privatização da Petrobrás.

A *Revista Veja* também entendia que o grande pivô da crise econômica brasileira presente na época da análise foram os governos petistas, principalmente Dilma Rousseff. A Revista acredita que a crise econômica é culpa dos elevados gastos públicos e da corrupção na Petrobrás, ou seja, há uma junção dos dois temas...

Além da economia, a revista se dedicava no seu noticiário a divulgação das notícias de corrupção, principalmente relacionadas a Lava-Jato. Em grande parte das suas edições, separa pelo menos uma matéria para debater algum caso de corrupção, normalmente envolvendo o ex-presidente Lula, a quem a *Veja* não morre de amores. Em uma das reportagens, na edição nº 2464, havia uma reportagem chamada *O drama de quem não é Lula* onde é contada a história de várias pessoas que perderam o emprego ou tiveram outros problemas econômicos, ironizando Lula por estar desfrutando de milhões que supostamente desviou, de acordo com a matéria.

Dessa forma, alinhando corrupção e crise econômica, é possível perceber que a revista faz parte do pensamento antipetista dos dias atuais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi realizar um estudo sobre a influência da *Revista Veja* no processo de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, abordando também a posição político-ideológica da revista.

O primeiro passo foi quantificar as informações das revistas do período do processo de impedimento através de uma análise no agendamento e enquadramento da notícia, a fim de descobrir a forma de abordagem da notícia pela mídia estudada, além da forma que transmite a notícia para o público.

Após a quantificação dos dados, foi feita uma análise qualitativa conjunta a abordagem quantitativa no qual verificou um grande número de citações a imagem de Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores. Além do mais, foi identificado que estes três objetos de análise tiveram a maior parte das menções desfavoráveis às suas respectivas imagens.

Em contrapartida, analisou-se que os nomes de Michel Temer e do Partido da Social Democracia tiveram uma repartição mais igualitária em razão das valências positiva, negativa e neutra. No caso de Michel Temer, houve um número maior de posições favoráveis do que neutras e negativas, já, o PSDB houve maior número de citações neutras em detrimento das negativas e positivas.

No entanto, o juiz Sérgio Moro teve a maior parte das menções ao seu nome positivas e notou-se que a revista criava um comparativo entre o juiz e o ex-presidente Lula, transformando-os em herói e vilão.

Além do mais, identificou-se que a revista foi amplamente favorável ao impeachment, conforme defendido no editorial (*Carta ao Leitor*) da edição 2478 e via com bons olhos a entrada de Michel Temer no lugar de Dilma.

Foi identificado também que a mídia estudada usou diversas táticas para influenciar a opinião pública como denúncias de corrupção ligadas ao partido de situação e seus membros mais influentes, criação de uma imagem de um herói anticorrupção, sensação de que se Dilma saísse do cargo a economia iria se desenvolver, etc.

Como conclusão sobre a identidade político ideológica da revista, verificou-se que a revista tem aspectos liberais se tratando de termos econômicos e sociais como a crítica a homofobia, porém percebe-se a sua influência, principalmente ligado ao antipetismo presente no pensamento conservador brasileiro nos dias atuais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. **Resposta da Defesa à Acusação**. Brasília, 2016. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

AMORIM, P.H. **O quarto poder: uma outra história**. 1ed. São Paulo. Hedra, 2015.

ANASTASIA, A. **Parecer de Admissibilidade nº 726**. Brasília, 2016. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

AZEVEDO, F.A. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Revista Opinião Pública. São Carlos, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

BBC. **Cinco momentos da tensa relação entre Cunha e Dilma**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150729_dilma_e_cunha_ab>. Acesso em: 21 Set. 2018.

BENNETTI, M. **Ironia como uma estratégia discursiva**. Revista Líbero, São Paulo, ano X, nº20, p. 37-46, dez. 2007.

BICUDO, H. P.; REALE JR. M.; PASCHOAL. J.C. **Libelo Acusatório**. São Paulo, 2015. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

BOITO JR, A. **Lava-jato, classe média e burocracia de estado**. Revista Princípios, n. 142, maio, junho, julho de 2016. p. 29-34.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 Ago. 2018.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. RP 178418. **Veja veicula a resposta conferida à Dilma Rousseff, para o fim de serem reparadas as informações publicadas na edição nº 2397 – ano 47 – nº 44 – de 29 de outubro de 2014.** Decisão Liminar. Relator: Admar Gonzaga. Brasília Out. 2014.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado das Eleições de 2014.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/votacao-e-resultados>> Acesso em 9 Ago. 2018.

BROSSARD. P. O impeachment. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992

CIOCCARI, D. **Operação Lava-Jato: Escândalo, Agendamento e Enquadramento.** Revista Alfajor, v.2, n.12, p. 58-78, jun-dez 2015

CHRISTOFOLETTI, R. **Dez impasses para uma efetiva crítica de mídia no Brasil.** In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 21,2003, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: INTERCOM, 2003.

ESTADÃO. **PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>> Acesso em: 25 Out. 2018.

FERES JÚNIOR, João. **Em defesa das valências: uma réplica.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19, p. 277-98, 2016.

FERNANDES, Carla Montuori. **As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro.** Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, [S.l.], v. 5, n. 14, p. 69-85, jun. 2012. ISSN 1982-6672. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/9266>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

G1. **Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>>. Acesso. 8 Ago. 2018.

GARAPON, A. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, M.G. **Espetáculo midiático: o Mensalão através das charges jornalísticas**. C&S. São Bernardo do Campo, v. 37, n. 1, p. 69-98, jan./abr. 2015

IG. **Manifestação anti-Dilma supera auge dos protestos de junho de 2013**. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-16/manifestacao-anti-dilma-supera-auge-dos-protestos-de-junho-de-2013-e-escancara-clima-de-odio-a-esque.html>>. Acesso em: 8 Ago. 2018.

KOENIG, T. **Quadro e moldura: anti-semitismo como liberdade de expressão: um estudo de caso**. In: ENCONTRO ANUAL DO IAMCR, jul. 2004, Porto Alegre, RS.

KUSHNIR B.; VELASQUEZ, M. C. C. **Verbetes Temáticos FGV: Revista Veja**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/veja>> Acesso em: 28 Set. 2018.

LEWANDOWSKI, R. **Senado Federal como órgão judiciário**. Senado Federal. 31 Ago. 2016.

MANCHETÔMETRO. **Missão e metodologia**. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/objetivos-metodologias/>>. Acesso em: 15 Dez. 2018.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do governo representativo**. 1995.

MCCOMBS, M. **Entrevista concedida à Intercom**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v.31, n.2, jul./dez. 2008.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. **A função de agendamento da mídia de massa**. Public Opinion Quarterly, v. 36, n. 2, p. 176-182, 1972.

MIGUEL, L. F. **A democracia na encruzilhada**. In: SINGER, A. et al. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Bontempo, 2016, 29 - 33 p.

MIGUEL, L.F. **Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro.** Revista Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº 1, p. 91-111, Mai. 2004.

MUNDO DAS MARCAS. Disponível em: <http://mundodasmarcas.com/2006/08/revista-veja-indispensvel.html>. Acesso em 27 Set. 2018.

QUEIROZ FILHO, G. C. **Natureza do processo de impeachment e controle judicial.** Câmara de Deputados. Mai. 2016.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PIMENTEL JR, J. **Impeachment, oposição e Autoritarismo – o perfil e Demanda dos manifestantes em São Paulo.** Revista Em Debate, Belo Horizonte, v.7, n.2 p.15-22, abr. 2015

PINTO, Paulo Brossard de Souza. **O impeachment: aspectos da responsabilidade política do presidente da república.** 1965. p. 71.

RESENDE, L. G. (2003) **Economia, valor notícia e assessorias de imprensa.** Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/resende-lino-economia-valor-noticia.pdf>>. Acesso em: 9 Ago. 2018

REVISTA SUPER INTERESSANTE. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-revista-de-maior-circulacao-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 9 abr. 2019.

ROTHBERG, D. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia.** In.: 5º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju. SBPFor. 2007.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida- o Brasil no século XXI.** Rio de Janeiro: FGV. 2017.

SENADO FEDERAL. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em em 8 Ago. 2018.

SILVA, Beatriz Maia Guimarães da. **Veja e o dossiê dos gastos FHC: os enquadramentos de um escândalo político midiático**. Universidade Estadual de São Paulo, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A Pesquisa científica**. Em GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.(orgs). **Métodos de Pesquisa. Porto Alegre**. Editora da UFRGS, 2009

SINGER, A. **Classes e Ideologias cruzadas**. Revista Novos Estudos, v.97, p.23-40, nov. 2013.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro, Leya, 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal**. Relator: Teori Zavaski. Delação Delcídio do Amaral. 2016. Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/03/delacao-premiada-delcidio.pdf>> Acesso em: 8 Ago. 2018.

TELLES, Helcimara. **Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político-institucional**. GV EXECUTIVO, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 36-39, out. 2015. ISSN 1806-8979. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/56842>>. Acesso em: 09 Out. 2018.

TEMER, M. **Michel Temer no Canal Livre**. Entrevista concedida a TV Bandeirantes. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>>. Acesso em: 9 Ago. 2018.

VEJA. **50 anos de VEJA**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

8. ANEXO – RESULTADOS

TABELA 1 – AGENDAMENTO: MENÇÕES TOTAIS EM TODAS AS EDIÇÕES

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
2454	29	65	30	1	1	4
2455	72	26	36	16	4	12
2456	81	45	57	2	9	15
2457	49	38	51	4	15	14
2458	53	20	20	67	13	15
2459	18	34	21	11	3	0
2460	20	23	17	0	2	0
2461	34	37	53	3	8	0
2462	18	64	26	5	13	1
2463	16	83	64	7	2	1
2464	24	47	30	4	2	0
2465	33	38	8	2	0	0
2466	18	59	18	1	7	1
2467	52	40	37	8	19	8
2468	62	94	52	9	7	1
2469	42	78	45	27	10	6
2470	92	135	59	28	24	9
2471	79	73	27	13	6	21
2472	43	67	53	6	6	16
2473	57	39	24	10	3	20
2474	97	43	31	17	6	26
2475	52	26	19	0	6	30
2476	66	36	24	2	9	42
2477	81	55	42	7	5	56
2478	106	83	59	3	6	27
2479	27	15	35	1	1	51
2480	30	27	17	8	9	41
2481	32	22	14	4	13	18
2482	11	10	33	16	5	12
2483	17	19	7	7	8	35
2484	26	9	27	3	13	21
2485	22	7	11	5	0	20
2486	20	24	5	7	2	22
2487	15	48	15	6	4	14
2488	36	19	16	2	3	24

2489	22	5	21	1	1	9
2490	22	8	14	1	2	20
2491	24	15	16	2	6	16
2492	30	25	24	5	8	14
2493	23	46	9	1	8	6
2494	84	17	49	0	8	34
EXTRA	73	19	97	7	7	60
TOTAL	1808	1683	1313	329	284	742
MÉDIA	43,0476	40,0714	31,2619	7,8333	6,7619	17,6666

TABELA 1.1 - AGENDAMENTO: MENÇÕES TOTAIS – 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
2454	29	65	30	1	1	4
2455	72	26	36	16	4	12
2456	81	45	57	2	9	15
2457	49	38	51	4	15	14
2458	53	20	20	67	13	15
TOTAL	284	194	194	90	42	60
MÉDIA	56,8	38,8	38,8	18	8,4	12

TABELA 1.2 - AGENDAMENTO: MENÇÕES TOTAIS – 2º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
2459	18	34	21	11	3	0
2460	20	23	17	0	2	0
2461	34	37	53	3	8	0
2462	18	64	26	5	13	1
2463	16	83	64	7	2	1
2464	24	47	30	4	2	0
2465	33	38	8	2	0	0
2466	18	59	18	1	7	1
2467	52	40	37	8	19	8
2468	62	94	52	9	7	1

2469	42	78	45	27	10	6
TOTAL	337	597	371	77	73	18
MÉDIA	30,6363	54,2727	33,7272	7	6,6363	1,6363

TABELA 1.3 - AGENDAMENTO: MENÇÕES TOTAIS – 3º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
2470	92	135	59	28	24	9
2471	79	73	27	13	6	21
2472	43	67	53	6	6	16
2473	57	39	24	10	3	20
2474	97	43	31	17	6	26
2475	52	26	19	0	6	30
2476	66	36	24	2	9	42
2477	81	55	42	7	5	56
2478	106	83	59	3	6	27
EXTRA	73	19	97	7	7	60
TOTAL	746	576	435	93	78	307
MÉDIA	74,6	57,6	43,5	9,3	7,8	30,7

TABELA 1.4 - AGENDAMENTO: MENÇÕES TOTAIS – 4º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
2479	27	15	35	1	1	51
2480	30	27	17	8	9	41
2481	32	22	14	4	13	18
2482	11	10	33	16	5	12
2483	17	19	7	7	8	35
2484	26	9	27	3	13	21
2485	22	7	11	5	0	20
2486	20	24	5	7	2	22
2487	15	48	15	6	4	14
2488	36	19	16	2	3	24
2489	22	5	21	1	1	9

2490	22	8	14	1	2	20
2491	24	15	16	2	6	16
2492	30	25	24	5	8	14
2493	23	46	9	1	8	6
TOTAL	357	299	264	69	83	323
MÉDIA	23,8	19,9333	17,6	4,6	5,5333	21,5333

TABELA 1.5 - AGENDAMENTO: MENÇÕES TOTAIS – 5º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
2494	84	17	49	0	8	34
TOTAL	84	17	49	0	8	34
MÉDIA	84	17	49	0	8	34

TABELA 1.6 – AGENDAMENTO: MÉDIA TOTAL E POR MOMENTO

MOMENTO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
PRIMEIRO	56,8	38,8	38,8	18	8,4	12
SEGUNDO	30,6363	54,2727	33,7272	7	6,6363	1,6363
TERCEIRO	74,6	57,6	43,5	9,3	7,8	30,7
QUARTO	23,8	19,9333	17,6	4,6	5,5333	21,5333
QUINTO	84	17	49	0	8	34
MÉDIA TOTAL	43,0476	40,0714	31,2619	7,8333	6,7619	17,6666

TABELA 1.6.1 – AGENDAMENTO: VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A MÉDIA GLOBAL

MOMENTO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
PRIMEIRO	31,95%	-3,17%	24,11%	129,79%	24,23%	-32,08%
SEGUNDO	-28,83%	35,44%	7,89%	-10,64%	-1,86%	-90,74%
TERCEIRO	73,30%	43,74%	39,15%	18,72%	15,35%	73,77%

QUARTO	-44,71%	-50,26%	-43,70%	-41,28%	-18,17%	21,89%
QUINTO	95,13%	-57,58%	56,74%	-100,00%	18,31%	92,45%

TABELA 1.6.2 – AGENDAMENTO: VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MOMENTO ANTERIOR

MOMENTO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES A MICHEL TEMER
PRIMEIRO	-	-	-	-	-	-
SEGUNDO	-46,06%	39,88%	-13,07%	-61,11%	-21,00%	-86,36%
TERCEIRO	143,50%	6,13%	28,98%	32,86%	17,54%	1776,18%
QUARTO	-68,10%	-65,39%	-59,54%	-50,54%	-29,06%	-29,86%
QUINTO	252,94%	-14,72%	178,41%	-460,00%	44,58%	57,89%

TABELA 2.1 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	29	1	24	4
2455	72	8	50	14
2456	81	2	59	20
2457	49	1	35	13
2458	53	4	39	10
2459	18	0	8	10
2460	20	2	16	2
2461	34	2	26	6
2462	18	2	12	4
2463	16	3	11	2
2464	24	1	20	3
2465	33	0	24	9
2466	18	1	14	3
2467	52	3	41	8
2468	62	3	51	8
2469	42	2	35	5
2470	92	2	76	14
2471	79	7	60	12

2472	43	2	33	8
2473	57	4	45	8
2474	97	1	75	21
2475	52	4	29	19
2476	66	2	48	16
2477	81	6	58	17
2478	106	9	79	18
2479	27	0	20	7
2480	30	3	26	1
2481	32	0	22	10
2482	11	0	6	5
2483	17	1	10	6
2484	26	0	20	6
2485	22	5	10	7
2486	20	0	16	4
2487	15	0	6	9
2488	36	2	24	10
2489	22	1	19	2
2490	22	0	15	7
2491	24	1	18	5
2492	30	2	24	4
2493	23	2	15	6
2494	84	15	47	22
EXTRA	73	2	55	16
TOTAL	1808	106	1321	381
% DO TOTAL DE MENÇÕES		5,87%	73,06%	21,07%

GRÁFICO 2.1 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF

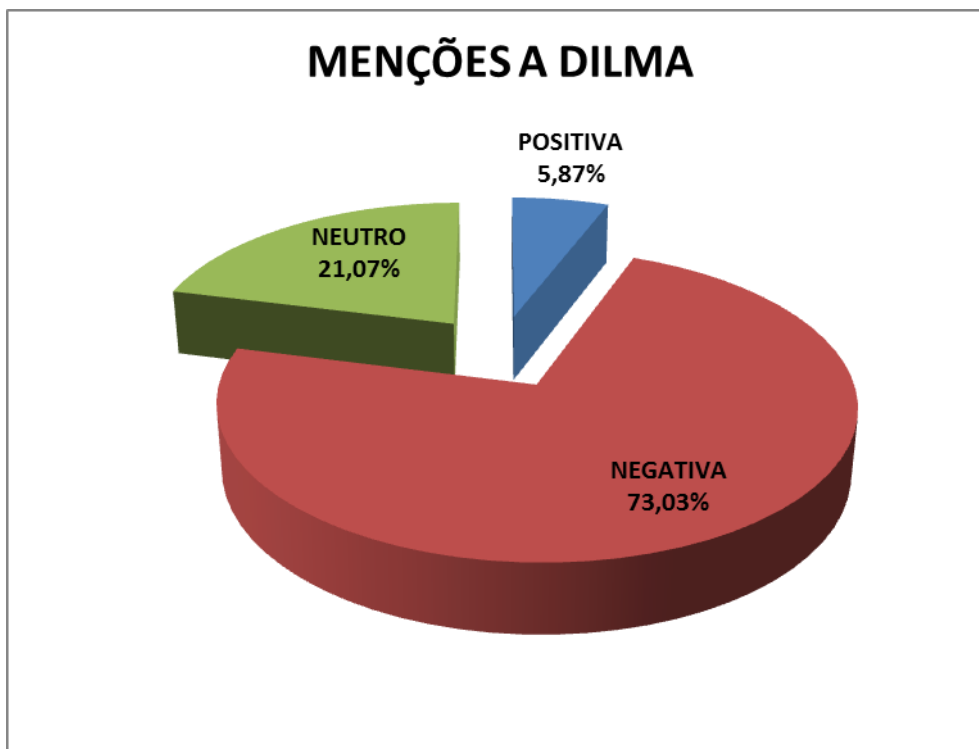


TABELA 2.1.1 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF – 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	29	1	24	4
2455	72	8	50	14
2456	81	2	59	20
2457	49	1	35	13
2458	53	4	39	10
TOTAL	284	16	207	61
% DAS MENÇÕES TOTAIS		5,63%	72,89%	21,48%

TABELA 2.1.2 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF – 2º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEF	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2459	18	0	8	10
2460	20	2	16	2
2461	34	2	26	6
2462	18	2	12	4
2463	16	3	11	2
2464	24	1	20	3
2465	33	0	24	9
2466	18	1	14	3
2467	52	3	41	8
2468	62	3	51	8
2469	42	2	35	5
TOTAL	337	19	258	60
% DAS MENÇÕES TOTAIS		5,64%	76,56%	17,80%

TABELA 2.1.3 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF – 3º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEF	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2470	92	2	76	14
2471	79	7	60	12
2472	43	2	33	8
2473	57	4	45	8
2474	97	1	75	21
2475	52	4	29	19
2476	66	2	48	16
2477	81	6	58	17
2478	106	9	79	18
EXTRA	73	2	55	16

TOTAL	746	39	558	149
% DAS MENÇÕES TOTAIS		5,23%	74,80%	19,97%

TABELA 2.1.4 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF – 4º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2479	27	0	20	7
2480	30	3	26	1
2481	32	0	22	10
2482	11	0	6	5
2483	17	1	10	6
2484	26	0	20	6
2485	22	5	10	7
2486	20	0	16	4
2487	15	0	6	9
2488	36	2	24	10
2489	22	1	19	2
2490	22	0	15	7
2491	24	1	18	5
2492	30	2	24	4
2493	23	2	15	6
TOTAL	357	17	251	89
% DAS MENÇÕES TOTAIS		4,76%	70,31%	24,93%

TABELA 2.1.5 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A DILMA ROUSSEFF – 5º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A DILMA ROUSSEF	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2494	84	15	47	22
TOTAL	84	15	47	22
% DAS MENÇÕES TOTAIS		17,86%	55,95%	26,19%

TABELA 2.2 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A LULA

EDIÇÃO	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	65	0	54	11
2455	26	0	19	7
2456	45	2	34	9
2457	38	0	33	5
2458	20	1	19	0
2459	34	2	26	6
2460	23	0	21	2
2461	37	3	31	3
2462	64	4	2	58
2463	83	6	65	12
2464	47	1	44	2
2465	38	0	36	2
2466	59	2	54	3
2467	40	0	34	6
2468	94	3	81	10
2469	78	0	72	6
2470	135	7	111	17
2471	73	0	66	7
2472	67	2	57	8
2473	39	0	31	8
2474	43	1	32	10
2475	26	3	18	5
2476	36	0	31	5
2477	55	2	42	11

2478	83	9	60	14
2479	15	0	11	4
2480	27	0	24	3
2481	22	1	17	4
2482	10	0	7	3
2483	19	2	13	4
2484	9	0	8	1
2485	7	1	5	1
2486	24	5	16	3
2487	48	5	35	8
2488	19	1	14	4
2489	5	0	5	0
2490	8	1	6	1
2491	15	0	14	1
2492	25	2	21	2
2493	46	0	40	6
2494	17	2	14	1
EXTRA	19	2	11	6
TOTAL	1683	70	1334	279
% DAS MENÇÕES TOTAIS		4,16%	79,26%	16,58%

GRÁFICO 2.2 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A LULA

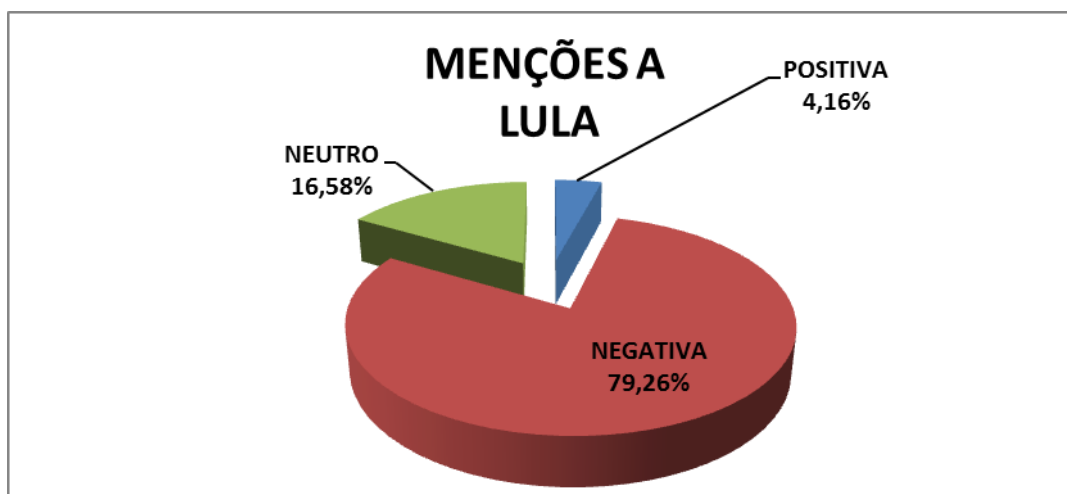


TABELA 2.2.1 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A LULA – 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	65	0	54	11
2455	26	0	19	7
2456	45	2	34	9
2457	38	0	33	5
2458	20	1	19	0
TOTAL	194	3	159	32
% DAS MENÇÕES TOTAIS		1,55%	81,96%	16,49%

TABELA 2.2.2 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A LULA - 2º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2459	34	2	26	6
2460	23	0	21	2
2461	37	3	31	3
2462	64	4	2	58
2463	83	6	65	12
2464	47	1	44	2
2465	38	0	36	2
2466	59	2	54	3
2467	40	0	34	6
2468	94	3	81	10
2469	78	0	72	6
TOTAL	597	21	466	110
% DAS MENÇÕES TOTAIS		3,52%	78,06%	18,43%

TABELA 2.2.3 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A LULA - 3º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2470	135	7	111	17
2471	73	0	66	7
2472	67	2	57	8

2473	39	0	31	8
2474	43	1	32	10
2475	26	3	18	5
2476	36	0	31	5
2477	55	2	42	11
2478	83	9	60	14
EXTRA	19	2	11	6
TOTAL	576	26	459	91
% DAS MENÇÕES TOTAIS		4,51%	79,69%	15,80%

TABELA 2.2.4 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A LULA - 4º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2479	15	0	11	4
2480	27	0	24	3
2481	22	1	17	4
2482	10	0	7	3
2483	19	2	13	4
2484	9	0	8	1
2485	7	1	5	1
2486	24	5	16	3
2487	48	5	35	8
2488	19	1	14	4
2489	5	0	5	0
2490	8	1	6	1
2491	15	0	14	1
2492	25	2	21	2
2493	46	0	40	6
TOTAL	299	18	236	45
% DAS MENÇÕES TOTAIS		6,02%	78,93%	15,05%

TABELA 2.2.5 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A LULA - 5º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A LULA	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2494	17	2	14	1

TOTAL	17	2	14	1
% DAS MENÇÕES TOTAIS		11,76%	82,35%	5,88%

TABELA 2.3 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PT

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	30	1	26	3
2455	36	3	21	12
2456	57	7	33	17
2457	51	1	36	14
2458	20	0	15	5
2459	21	2	12	7
2460	17	1	14	2
2461	53	3	40	10
2462	26	2	18	6
2463	64	3	53	8
2464	30	3	22	5
2465	8	0	6	2
2466	18	0	15	3
2467	37	2	28	7
2468	52	5	36	11
2469	45	1	34	10
2470	59	2	41	16
2471	27	1	21	5
2472	53	5	36	12
2473	24	2	19	3
2474	31	0	20	11
2475	19	1	9	9
2476	24	0	18	6
2477	42	0	25	17
2478	59	3	36	20
2479	35	1	26	8
2480	17	2	15	0
2481	14	0	13	1

2482	33	0	28	5
2483	7	0	7	0
2484	27	1	24	2
2485	11	1	9	1
2486	5	0	1	4
2487	15	0	4	11
2488	16	0	10	6
2489	21	0	18	3
2490	14	1	11	2
2491	16	2	9	5
2492	24	0	21	3
2493	9	0	8	1
2494	49	4	29	16
EXTRA	97	0	30	67
TOTAL	1313	60	897	356
% DAS MENÇÕES TOTAIS		4,57%	68,32%	27,11%

GRÁFICO 2.3 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO

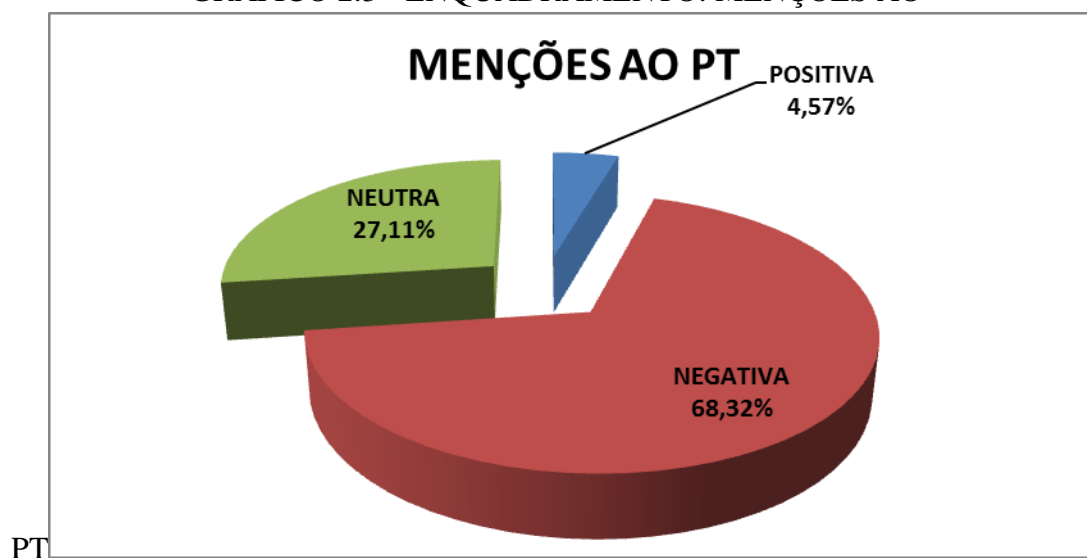


TABELA 2.3.1 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PT – 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	30	1	26	3
2455	36	3	21	12
2456	57	7	33	17
2457	51	1	36	14

2458	20	0	15	5
TOTAL	194	12	131	51
% DAS MENÇÕES TOTAIS		6,19%	67,53%	26,29%

TABELA 2.3.2 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PT – 2º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2459	21	2	12	7
2460	17	1	14	2
2461	53	3	40	10
2462	26	2	18	6
2463	64	3	53	8
2464	30	3	22	5
2465	8	0	6	2
2466	18	0	15	3
2467	37	2	28	7
2468	52	5	36	11
2469	45	1	34	10
TOTAL	371	22	278	71
% DAS MENÇÕES TOTAIS		5,93%	74,93%	19,14%

TABELA 2.3.3 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PT – 3º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2470	59	2	41	16
2471	27	1	21	5
2472	53	5	36	12
2473	24	2	19	3
2474	31	0	20	11
2475	19	1	9	9
2476	24	0	18	6
2477	42	0	25	17
2478	59	3	36	20
EXTRA	97	0	30	67
TOTAL	435	14	255	166

% DAS MENÇÕES TOTAIS		3,22%	58,62%	38,16%
-----------------------------	--	-------	--------	--------

TABELA 2.3.4 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PT – 4º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2479	35	1	26	8
2480	17	2	15	0
2481	14	0	13	1
2482	33	0	28	5
2483	7	0	7	0
2484	27	1	24	2
2485	11	1	9	1
2486	5	0	1	4
2487	15	0	4	11
2488	16	0	10	6
2489	21	0	18	3
2490	14	1	11	2
2491	16	2	9	5
2492	24	0	21	3
2493	9	0	8	1
TOTAL	264	8	204	52
% DAS MENÇÕES TOTAIS		3,03%	77,27%	19,70%

TABELA 2.3.5 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PT – 5º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PT	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2494	49	4	29	16
% DAS MENÇÕES TOTAIS		8,16%	59,18%	32,65%

TABELA 2.4 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A SÉRGIO MORO

EDIÇÃO	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	1	1	0	0
2455	16	9	3	4
2456	2	1	0	1
2457	4	3	0	1
2458	67	54	4	9
2459	11	10	0	1
2460	0	0	0	0
2461	3	2	0	1
2462	5	5	0	0
2463	7	7	0	0
2464	4	2	1	1
2465	2	1	0	1
2466	1	1	0	0
2467	8	5	0	3
2468	9	7	1	1
2469	27	14	5	8
2470	28	19	4	5
2471	13	8	0	5
2472	6	6	0	0
2473	10	7	1	2
2474	17	13	2	2
2475	0	0	0	0
2476	2	2	0	0
2477	7	4	0	3
2478	3	2	0	1
2479	1	1	0	0
2480	8	8	0	0
2481	4	2	0	2
2482	16	13	0	3
2483	7	5	0	2
2484	3	0	0	3
2485	5	5	0	0
2486	7	5	1	1
2487	6	3	0	3
2488	2	1	0	1
2489	1	1	0	0
2490	1	1	0	0

2491	2	2	0	0
2492	5	3	1	1
2493	1	1	0	0
2494	0	0	0	0
EXTRA	7	7	0	0
TOTAL	329	241	23	65
% DAS MENÇÕES TOTAIS		73,25%	6,99%	19,76%

GRÁFICO 2.4 - ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO SÉRGIO MORO



TABELA 2.4.1 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A SÉRGIO MORO – 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	1	1	0	0
2455	16	9	3	4
2456	2	1	0	1
2457	4	3	0	1
2458	67	54	4	9
TOTAL	90	68	7	15
% DAS MENÇÕES TOTAIS		75,56%	7,78%	16,67%

TABELA 2.4.2 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A SÉRGIO MORO - 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2459	11	10	0	1
2460	0	0	0	0
2461	3	2	0	1
2462	5	5	0	0
2463	7	7	0	0
2464	4	2	1	1
2465	2	1	0	1
2466	1	1	0	0
2467	8	5	0	3
2468	9	7	1	1
2469	27	14	5	8
TOTAL	77	54	7	16
% DAS MENÇÕES TOTAIS		70,13%	9,09%	20,78%

TABELA 2.4.3 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A SÉRGIO MORO - 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2470	28	19	4	5
2471	13	8	0	5
2472	6	6	0	0
2473	10	7	1	2
2474	17	13	2	2
2475	0	0	0	0
2476	2	2	0	0
2477	7	4	0	3
2478	3	2	0	1
EXTRA	7	7	0	0
TOTAL	93	68	7	18
% DAS MENÇÕES TOTAIS		73,12%	7,53%	19,35%

TABELA 2.4.4 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A SÉRGIO MORO - 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2479	1	1	0	0
2480	8	8	0	0
2481	4	2	0	2
2482	16	13	0	3
2483	7	5	0	2
2484	3	0	0	3
2485	5	5	0	0
2486	7	5	1	1
2487	6	3	0	3
2488	2	1	0	1
2489	1	1	0	0
2490	1	1	0	0
2491	2	2	0	0

2492	5	3	1	1
2493	1	1	0	0
TOTAL	69	51	2	16
% DAS MENÇÕES TOTAIS		73,91%	2,90%	23,19%

TABELA 2.4.5 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A SÉRGIO MORO- 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A SÉRGIO MORO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2494	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0
% DAS MENÇÕES TOTAIS		-	-	-

TABELA 2.5 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PSDB

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	1	0	0	1
2455	4	0	0	4
2456	9	3	0	6
2457	15	1	6	8
2458	13	5	1	7
2459	3	1	0	2
2460	2	0	0	2
2461	8	2	1	5
2462	13	1	8	4
2463	2	0	0	2
2464	2	0	1	1
2465	0	0	0	0
2466	7	1	3	3
2467	19	14	1	4
2468	7	2	1	4

2469	10	2	3	5
2470	24	2	15	7
2471	6	1	3	2
2472	6	1	3	2
2473	3	1	1	1
2474	6	0	5	1
2475	6	0	0	6
2476	9	2	2	5
2477	5	0	3	2
2478	6	2	0	4
2479	1	0	0	1
2480	9	2	7	0
2481	13	1	6	6
2482	5	3	0	2
2483	8	1	4	3
2484	13	1	8	4
2485	0	0	0	0
2486	2	0	1	1
2487	4	0	1	3
2488	3	0	0	3
2489	1	0	0	1
2490	2	0	0	2
2491	6	2	2	2
2492	8	2	0	6
2493	8	2	2	4
2494	8	3	0	5
EXTRA	7	4	0	3
TOTAL	284	62	88	134
% DAS MENÇÕES TOTAIS		21,83%	30,99%	47,18%

GRÁFICO 2.5 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PSDB

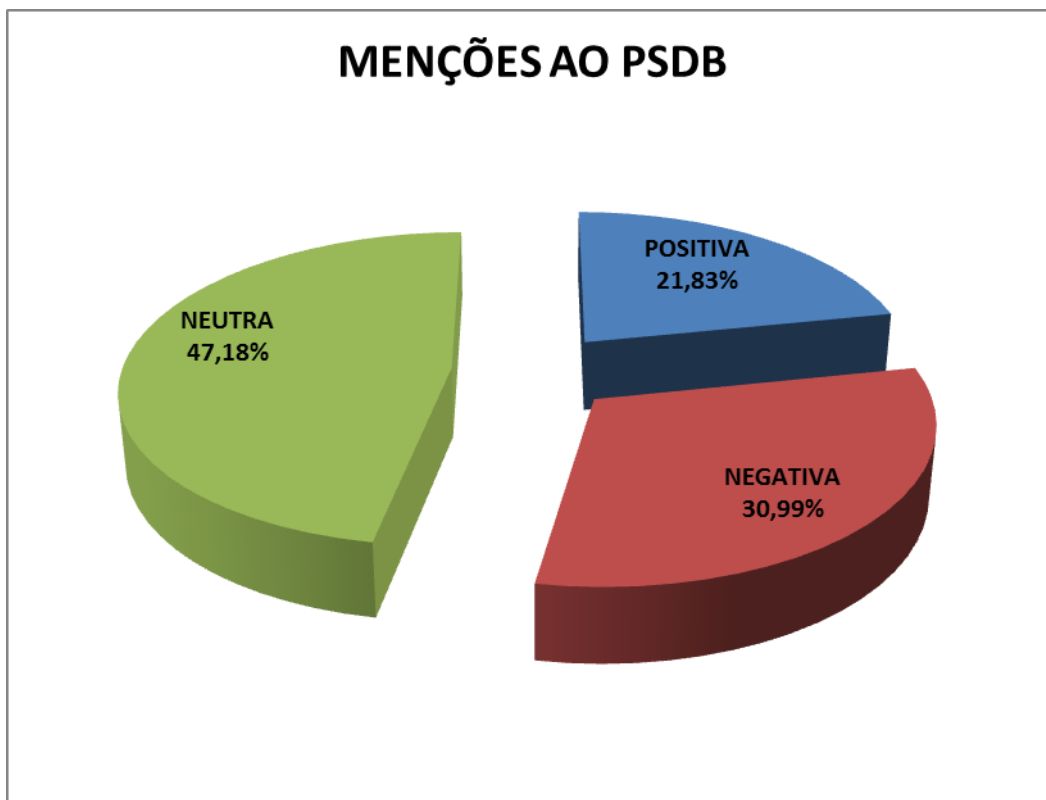


TABELA 2.5.1 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PSDB - 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	1	0	0	1
2455	4	0	0	4
2456	9	3	0	6
2457	15	1	6	8
2458	13	5	1	7
TOTAL	42	9	7	26
% DAS MENÇÕES TOTAIS		21,43%	16,67%	61,90%

TABELA 2.5.2 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PSDB - 2º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2459	3	1	0	2
2460	2	0	0	2
2461	8	2	1	5
2462	13	1	8	4
2463	2	0	0	2
2464	2	0	1	1
2465	0	0	0	0
2466	7	1	3	3
2467	19	14	1	4
2468	7	2	1	4
2469	10	2	3	5
TOTAL	73	23	18	32
% DAS MENÇÕES TOTAIS		31,51%	24,66%	43,84%

TABELA 2.5.3 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PSDB - 3º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2470	24	2	15	7
2471	6	1	3	2
2472	6	1	3	2
2473	3	1	1	1
2474	6	0	5	1
2475	6	0	0	6
2476	9	2	2	5
2477	5	0	3	2
2478	6	2	0	4
EXTRA	7	4	0	3
TOTAL	78	13	32	33
% DAS MENÇÕES TOTAIS		16,67%	41,03%	42,31%

TABELA 2.5.4 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PSDB - 4º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2479	1	0	0	1
2480	9	2	7	0
2481	13	1	6	6
2482	5	3	0	2
2483	8	1	4	3
2484	13	1	8	4
2485	0	0	0	0
2486	2	0	1	1
2487	4	0	1	3
2488	3	0	0	3
2489	1	0	0	1
2490	2	0	0	2
2491	6	2	2	2
2492	8	2	0	6
2493	8	2	2	4
2494	8	3	0	5
TOTAL	91	17	31	43
% DAS MENÇÕES TOTAIS		18,68%	34,07%	47,25%

TABELA 2.5.5 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES AO PSDB - 5º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES AO PSDB	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2494	8	3	0	5
TOTAL	8	3	0	5
% DAS MENÇÕES TOTAIS		37,50%	0,00%	62,50%

TABELA 2.6 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A MICHEL TEMER

EDIÇÃO	MENÇÕES A MICHEL TEMER	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	4	0	4	0
2455	12	7	0	5
2456	15	7	5	3
2457	14	6	4	4
2458	15	7	4	4
2459	0	0	0	0
2460	0	0	0	0
2461	0	0	0	0
2462	1	0	0	1
2463	1	0	1	0
2464	0	0	0	0
2465	0	0	0	0
2466	1	1	0	0
2467	8	2	3	3
2468	1	1	0	0
2469	6	3	1	2
2470	9	2	7	0
2471	21	7	4	10
2472	16	4	6	6
2473	20	3	15	2
2474	26	11	6	9
2475	30	10	0	20
2476	42	13	7	22
2477	56	26	13	17
2478	27	19	1	7
2479	51	17	17	17
2480	41	19	14	8
2481	18	2	2	14
2482	12	2	4	6
2483	35	6	20	9
2484	21	8	5	8
2485	20	11	3	6
2486	22	9	4	9
2487	14	6	1	7
2488	24	9	8	7
2489	9	1	3	5
2490	20	5	9	6
2491	16	3	4	9

2492	14	4	3	7
2493	6	2	1	3
2494	34	13	7	14
EXTRA	60	36	8	16
TOTAL	742	282	194	266
% DAS MENÇÕES TOTAIS		38%	26,15%	35,85%

GRÁFICO 2.6 – MENÇÕES A MICHEL TEMER

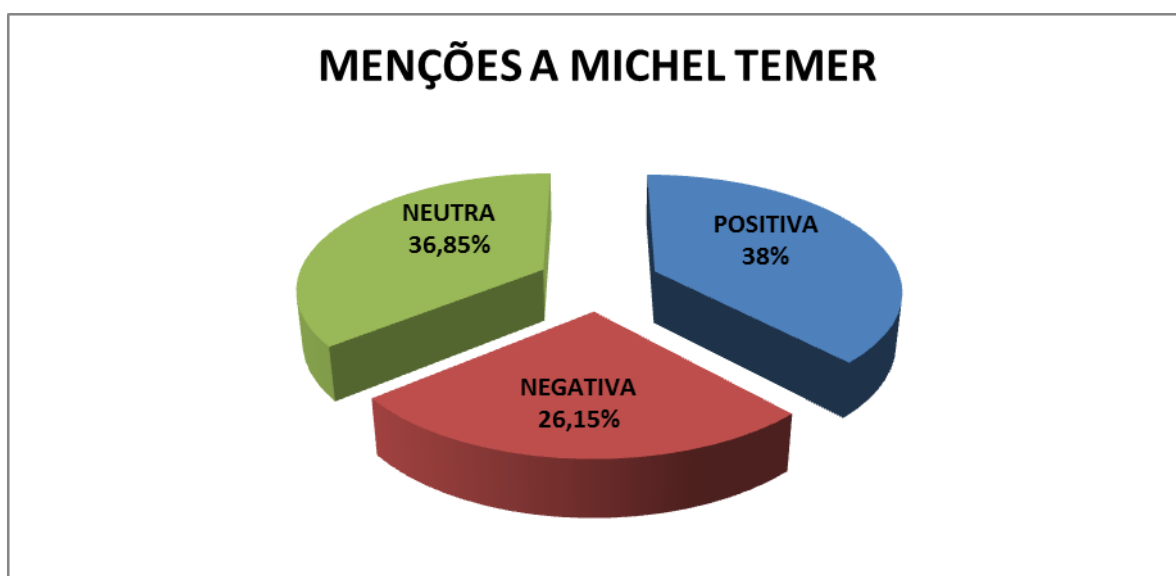


TABELA 2.6.1 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A MICHEL TEMER – 1º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A MICHEL TEMER	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2454	4	0	4	0
2455	12	7	0	5
2456	15	7	5	3
2457	14	6	4	4
2458	15	7	4	4
TOTAL	60	27	17	16
% DAS MENÇÕES TOTAIS		45,00%	28,33%	26,67%

TABELA 2.6.2 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A MICHEL TEMER – 2º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A MICHEL TEMER	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2459	0	0	0	0
2460	0	0	0	0
2461	0	0	0	0
2462	1	0	0	1
2463	1	0	1	0
2464	0	0	0	0
2465	0	0	0	0
2466	1	1	0	0
2467	8	2	3	3
2468	1	1	0	0
2469	6	3	1	2
TOTAL	18	7	5	6
% DAS MENÇÕES TOTAIS		38,89%	27,78%	33,33%

TABELA 2.6.3 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A MICHEL TEMER – 3º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A MICHEL TEMER	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2470	9	2	7	0
2471	21	7	4	10
2472	16	4	6	6
2473	20	3	15	2
2474	26	11	6	9
2475	30	10	0	20
2476	42	13	7	22
2477	56	26	13	17
2478	27	19	1	7
EXTRA	60	36	8	16

TOTAL	307	131	67	109
% DAS MENÇÕES TOTAIS		42,67%	21,82%	35,50%

TABELA 2.6.4 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A MICHEL TEMER – 4º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A MICHEL TEMER	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2479	51	17	17	17
2480	41	19	14	8
2481	18	2	2	14
2482	12	2	4	6
2483	35	6	20	9
2484	21	8	5	8
2485	20	11	3	6
2486	22	9	4	9
2487	14	6	1	7
2488	24	9	8	7
2489	9	1	3	5
2490	20	5	9	6
2491	16	3	4	9
2492	14	4	3	7
2493	6	2	1	3
TOTAL	323	104	98	121
% DAS MENÇÕES TOTAIS		32,20%	30,34%	37,46%

TABELA 2.6.5 – ENQUADRAMENTO: MENÇÕES A MICHEL TEMER – 5º MOMENTO

EDIÇÃO	MENÇÕES A MICHEL TEMER	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
2494	34	13	7	14
TOTAL	34	13	7	14
% DAS MENÇÕES TOTAIS		38,24%	20,59%	41,18%

TABELA 2.7.1 – ENQUADRAMENTO: % DAS VALÊNCIAS NAS MENÇÕES DE DILMA

MOMENTO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
PRIMEIRO	5,63%	72,89%	21,48%
SEGUNDO	5,64%	76,56%	17,80%
TERCEIRO	5,23%	74,80%	19,97%
QUARTO	4,76%	70,31%	24,93%
QUINTO	17,86%	55,95%	26,19%
TODOS MOMENTOS	5,86%	73,06%	21,07%

TABELA 2.7.2 – ENQUADRAMENTO: % DAS VALÊNCIAS NAS MENÇÕES DE LULA

MOMENTO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
PRIMEIRO	1,55%	81,96%	16,49%
SEGUNDO	3,52%	78,06%	18,43%
TERCEIRO	4,51%	79,69%	15,80%
QUARTO	6,02%	78,93%	15,05%
QUINTO	11,76%	82,35%	5,88%
TODOS MOMENTOS	4,16%	79,26%	16,58%

TABELA 2.7.3 – ENQUADRAMENTO: % DAS VALÊNCIAS NAS MENÇÕES DO PT

MOMENTO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
PRIMEIRO	6,19%	67,53%	26,29%
SEGUNDO	5,93%	74,93%	19,14%
TERCEIRO	3,22%	58,62%	38,16%
QUARTO	3,03%	77,27%	19,70%
QUINTO	8,16%	59,18%	32,65%
TODOS MOMENTOS	4,57%	68,32%	27,11%

TABELA 2.7.4 – ENQUADRAMENTO: % DAS VALÊNCIAS NAS MENÇÕES DE SÉRGIO MORO

MOMENTO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
PRIMEIRO	75,56%	7,78%	16,67%
SEGUNDO	70,13%	9,09%	20,78%
TERCEIRO	73,12%	7,53%	19,35%
QUARTO	73,91%	2,90%	23,19%
QUINTO			
TODOS MOMENTOS	73,25%	6,99%	19,76%

TABELA 2.7.5 – ENQUADRAMENTO: % DAS VALÊNCIAS NAS MENÇÕES DO PSDB

MOMENTO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
PRIMEIRO	21,43%	16,67%	61,90%
SEGUNDO	31,51%	24,66%	43,84%
TERCEIRO	16,67%	41,03%	42,31%
QUARTO	18,68%	34,07%	47,25%
QUINTO	37,50%	0,00%	62,50%
TODOS MOMENTOS	21,83%	30,99%	47,18%

TABELA 2.7.6 – ENQUADRAMENTO: % DAS VALÊNCIAS NAS MENÇÕES DE MICHEL TEMER

MOMENTO	MENÇÕES POSITIVAS	MENÇÕES NEGATIVAS	MENÇÕES NEUTRAS
PRIMEIRO	45,00%	28,33%	26,67%
SEGUNDO	38,89%	27,78%	33,33%
TERCEIRO	42,67%	21,82%	35,50%
QUARTO	32,20%	30,34%	37,46%
QUINTO	38,24%	20,59%	41,18%
TODOS MOMENTOS	38,01%	26,15%	35,85%

